RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2022

1. Destaques de 2022

1.1 Na Segurança

- No ano de 2022, a MRN teve 12.361.462 horas homens trabalhadas em atividades próprias, contratadas e projetos. A taxa de acidentes reportáveis permaneceu abaixo de 1, finalizando o ano em 0,49 (*referência/benchmarking International Council on Mining and Metals - ICMM*), o que representa uma melhoria significativa em comparação ao resultado do exercício anterior que registrou 0,87.

1.2 Nas Operações

- Em 2022, a MRN produziu 12,333 milhões de toneladas de bauxita, volume 2,1% abaixo das 12,639 milhões de toneladas produzidas em 2021. Importantes reconfigurações no ritmo de produção de 2022 ocorreram no primeiro semestre em função da gestão dos estoques, demandas de embarque e em função do desempenho da frota de mina. Diante dos desafios apresentados, foi possível manter a projeção de entrega do Produto Final mediante a contratação de empresas terceirizadas para aumentar a capacidade de movimentação de mina no segundo semestre. Entretanto, impactos seguidos na demanda comercial, alinhados com a redução do calado do Rio Trombetas e problemas com o Motor 2 da planta de Geração de Energia levaram à redução da produção para o ano.
- Foram realizadas ações visando a sinergia e integração da cadeia produtiva, desde a lavra até o embarque, com foco no aumento da produtividade, qualidade das informações, melhoria das condições de trabalho e instalações, melhorias em segurança e em custo, tais como:
 - Aumento de monitoramento nas áreas das minas através de novas tecnologias como radares eletrônicos de velocidade e estações pluviométricas *satelitais* que reportam dados em tempo real.
 - Melhoria das informações geológicas por meio de sondagens, desenvolvimento tecnológico em modelamento geometalúrgico, *"machine learning"* e do laboratório de análises físico-químicas.
 - Melhorias do controle do processo tais como instalação de amostrador "cross-belt" na alimentação da planta de lavagem, substituição de hidrociclones e aplicação de simulações de processo refletiram positivamente no controle de qualidade do produto e estabilidade operacional da planta.
- As vendas totalizaram 12,791 milhões de toneladas, representando um aumento de 2% quando comparadas ao volume de 12,488 milhões de toneladas vendidas em 2021. Desse total, 69% foram destinadas para refinarias brasileiras, 19% para América do Norte, 11% para Europa e 1% para Ásia.
- Os teores médios de qualidade do minério embarcado em 2022 foram de 48,71% de alumina aproveitável e 4,60% de sílica reativa, em linha com as expectativas para o exercício.

1.3 Nos Resultados Financeiros

- O **EBITDA totalizou R\$ 529,0 milhões em 2022**, 2,4% acima de 2021, e os principais impactos foram os maiores preços de venda realizados em função de melhores LME e API, maior volume de vendas, compensados parcialmente pela alta nos preços de combustíveis, seguido da inflação sobre a folha de pagamentos, materiais e serviços. Vale ainda ressaltar que a MRN conseguiu reverter boa parte dos impactos negativos a partir de seu Programa de Otimização de Custos e Despesas (Programa Transformação).
- O **Lucro líquido foi de R\$ 162,6 milhões em 2022**, significativo resultado registrado no exercício, especialmente quando comparado ao prejuízo apurado em 2021 de R\$ 6,3 milhões. Este valor negativo decorreu, principalmente, em função do impacto da variação cambial sobre a dívida, que em 2021 somou R\$ 79 milhões de impacto negativo e em 2022 R\$ 73 milhões de impacto positivo.

1.4 Nos compromissos com o Meio Ambiente e Sociedade

- Em novembro de 2022, por meio do edital nº 32/2022, o IBAMA formalizou o aceite do Estudo de Impacto Ambiental e do Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA), uma etapa importante para início das ações preparativas para as audiências públicas

do Projeto Novas Minas - PNM projetadas para iniciar no primeiro semestre de 2023.

- No processo de Reflorestamento, foram plantadas 488.551 mudas de 94 espécies nativas em áreas mineradas, todas produzidas no viveiro florestal da MRN.
- A MRN continua monitorando 245 pontos de águas superficiais, subterrâneas e de efluentes. A qualidade do ar é acompanhada semanalmente em 16 estações, movimentadas conforme avanço das lavras. Para verificar a pressão sonora, são realizadas medições diurnas e noturnas em 19 pontos, nos locais potencialmente emissores de ruídos.
- Foram investidos R\$ 23,5 milhões em Programas, Projetos e Ações Socioambientais, bem como em acordos firmados diretamente com as comunidades quilombolas que gerenciam o repasse de recursos para implementação de ações de sua própria gestão, buscando fortalecer a autonomia e capacidade institucional de atuação das associações comunitárias que representam tais comunidades.

1.5 No Programa Transformação

Assim como no ano de 2021, a MRN deu continuidade ao seu programa de otimização de custos e despesas, por meio da implementação de uma série de iniciativas voltadas à sustentabilidade operacional da empresa. O resultado capturado no Programa Transformação foi de R\$ 38,1 milhões frente a um previsto de R\$ 14,7 milhões. Em 2021 o resultado foi de R\$ 71,3 milhões.

2. Segurança e Saúde

2.1 Segurança

A MRN manteve o foco nas ações de controle implementadas em 2021 e ampliou as iniciativas de engajamento dos empregados em 2022, entre elas:

- Campanha de reforço ao Registro de Quase Acidente ("Seu relato pode salvar vidas" com a divulgação de seis (6) vídeos educativos na Plataforma Road Show de Segurança).
- Reconhecimento mensal e anual dos destaques em Gestão pelo Exemplo da Liderança e dos Empregados das áreas operacionais.
- Campanha Trânsito Seguro, destaque para a ação do "Abril Verde", com envolvimento dos alunos do Colégio Equipe, contratadas, Polícia Militar e comunidade.
- Aumento no número das Blitz Educativas de Trânsito e uso do Bafômetro, e ampliação de capacitação em *OFF Road* para 30 novos instrutores.
- Divulgação de 22 Alertas de Segurança com temas direcionados e ações preventivas voltadas para segurança e prevenção de acidentes / lições aprendidas em ocorrências internas e do setor de mineração.
- Realização de quatro (4) Paradas Gerais de Segurança com foco nas ações de prevenção e cuidados que estão sob responsabilidade de cada empregado e de suas equipes (a responsabilidade individual e indelegável de cada um em prol da sua segurança, segurança do seu local de trabalho e da segurança de sua equipe).
- Realizadas duas (2) Ações Integradas MRN e Contratadas, com temas direcionados às oportunidades de segurança em nosso ambiente trabalho, equipamentos e instalações.
- Realizada a SIPATMIN (Semana Interna de Prevenção de Acidentes na Mineração) que atingiu aproximadamente 6.000 participantes, abordado o tema: "Segurança é energia que nos move e fortalece!".

2.2 Saúde e Medicina do Trabalho

- No ano de 2022, com a melhora dos dados epidemiológicos, a MRN alcançou com plenitude os resultados do Programa de Saúde Ocupacional. Em cumprimento a NR-07, foram emitidos 5.093 ASOS, entre efetivo próprio e efetivo contratado.
- Quanto ao programa de ergonomia, "Apto para a Vida - Apto para o Trabalho", foram avaliadas 42 áreas da empresa e se obteve uma diminuição de 50% do Presenteísmo com restrições laborais relacionadas a queixas ortopédicas.
- De igual forma, o programa de Monitoramento da Saúde foi bem-sucedido, pois dos 102 empregados acompanhados atualmente, 72% apresentaram melhora de dados clínicos e laboratoriais.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2022

- A MRN vem atuando com a telemedicina, uma ferramenta tecnológica que possibilita a oferta de diversas especialidades médicas. Somente no ano de 2022, foram realizados mais de 700 teleatendimentos. A tecnologia soluciona diversos desafios logísticos e operacionais do sistema de saúde de Porto Trombetas, redirecionando casos mais simples para serviços ambulatoriais, minimizando a sobrecarga nos serviços de alta complexidade, organizando os fluxos de atendimento com segurança e rapidez e oferecendo assistência de qualidade.

3. Sustentabilidade

3.1 Ambiental

- Licenciamento Ambiental: após realizados os ajustes definidos pela MRN e indicados pelo IBAMA, o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e respectivo Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) do Projeto Novas Minas (EIA/RIMA PNM) foi formalizado no IBAMA que, por sua vez, publicou em 07 de novembro o aceite do estudo para análise e abertura do prazo para solicitação de audiência pública.
- Restauração de Áreas Mineradas: Seguindo as metas de revegetação em até dois períodos chuvosos após o final da lavra, em 2022 foram plantadas 488.551 mudas de 94 espécies nativas em áreas mineradas, todas produzidas no viveiro florestal da MRN. A produção contou com 4,2 toneladas de sementes adquiridas das comunidades tradicionais vizinhas. Ao todo, foram reabilitados 351,36 hectares, por meio das técnicas de plantio de mudas e disposição de galhadas em ilhas.
- Salvamento de Flora: durante as atividades de supressão vegetal, a MRN fez o salvamento de 34.915 espécimes e resgatou 3.408 sementes viáveis de nove (9) espécies arbóreas. Nas áreas de pesquisas geológicas, foram salvos 561 espécimes.
- Banco de Germoplasma de Castanheira do Pará: contínuo sucesso no crescimento e adaptação das castanheiras do Pará plantadas no Platô Almeidas. Seguem os trabalhos de coramento, capina e adubação nos 8.750 indivíduos existentes em 2022, com registros de plantas introduzidas em 2017 que atingiram 10 cm de diâmetro a 1,3m do solo e 7 m de altura.
- Restauração Ambiental dos Depósitos de Rejeito: avanço nos resultados do Protocolo Agrônomico desenvolvido para recuperação ambiental dos depósitos de rejeito.
- Monitoramento da qualidade das águas e do ar e de ruídos: a MRN mantém o acompanhamento da qualidade das águas superficiais, subterrâneas e de efluentes em uma rede que integra 245 pontos. A qualidade do ar é monitorada semanalmente em 16 estações, movimentadas conforme avanço das lavras. Para verificar a pressão sonora, são realizadas medições diurnas e noturnas em 19 pontos, nos locais potencialmente emissores de ruídos.
- Monitoramento da fauna: cada supressão de vegetação é precedida e acompanhada por equipe especializada. Em 2022, foram resgatados nas áreas de supressão 16.056 indivíduos de todos os grupos da fauna, posteriormente devolvidos ao ambiente natural sem influência de supressão. Entre os programas de fauna, destaque para o programa de resgate de abelhas nativas, que ocorre durante a fase de supressão vegetal. As colmeias são mantidas em local apropriado dentro da mata para posterior reintrodução após reflorestamento. A fauna é também monitorada nas estradas, com registros dos atropelamentos ocorridos e com campanhas de sensibilização de motoristas. No ano, foram realizadas 59 ações de sensibilização sobre atropelamentos de animais, entre blitz, diálogos de segurança e grupos de discussão, incluindo a confecção e distribuição de cartilhas educativas.
- Relatório Anual de Sustentabilidade: o "Relatório de Sustentabilidade 2021 – O orgulho do presente em cada passo para o futuro", foi lançado em setembro de 2022

3.2 Social

Nos últimos anos, a empresa vem investindo no aprimoramento de sua estrutura e processos para sua atuação social, avançando sobre as diretrizes do *Environmental and Social Governance (ESG)*. Em 2022, a empresa conquistou a recertificação do padrão *ASI (Aluminium Stewardship Initiative)*, que visa a produção e fornecimento responsável de Bauxita na cadeia do alumínio, após ter obtido a certificação em 2021. Além disso, empregou esforços para a obtenção da recomendação da certificação da sua Cadeia de Custódia (*ASI CoC*), cujo processo final de consolidação das informações está em avaliação pela *ASI*.

- A MRN consolidou a implantação de seu Sistema Integrado de Gestão Social, englobando a gestão das licenças socioambientais, investimento social privado, plataforma de queixas e reclamações e gerenciamento de *stakeholders*.
- Foi realizada uma *Due Diligence* de Direitos Humanos, de modo a identificar impactos da atuação da empresa na região e junto aos seus diferentes públicos. Foram identificadas ações para 11 frentes, com oportunidades de melhoria na condução de processos e relacionamentos que serão implementados em 2023.
- No Licenciamento Social, destaca-se o protocolo do Estudo do Componente Quilombola (ECQ) do Projeto Novas Minas (PZO01) como parte do Estudo de Impacto Ambiental (EIA), e seu aceite pelo IBAMA como rito inicial que dá abertura para a realização do processo de diálogo social. Este deverá culminar com a realização de audiências públicas em 2023, buscando assegurar a Licença Prévia do projeto e a continuidade operacional na empresa na região até 2042.
- Conforme citado anteriormente, foram investidos R\$ 23,5 milhões em Programas Projetos e Ações Socioambientais, bem como em acordos firmados diretamente com as comunidades quilombolas que gerenciam o repasse de recursos para implementação de projetos com gestão própria, buscando fortalecer a autonomia e capacidade institucional de atuação das associações comunitárias.
- Dentre os Programas Socioambientais da empresa, merece destaque:
 - O investimento de R\$ 2,5 milhões na educação regional, beneficiando diretamente 125 crianças e jovens quilombolas com o recebimento de bolsa integral, uniforme e materiais didáticos para viabilizar seus estudos no Colégio da Vila de Porto Trombetas, mantido pela MRN. Ademais, pela MRN foi disponibilizado o transporte e a merenda, além de apoio pedagógico durante o período que estão na escola realizando atividades extracurriculares.
 - 44 alunos matriculados em cursos de educação superior receberam bolsas para apoiar seus estudos.
 - Projeto Educação no Trombetas, que oferece formação a partir de três eixos: i) Elevação de Escolaridade, que prepara jovens e adultos quilombolas para a prova do Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (ENCCEJA). ii) Formação Profissional, que oferece cursos técnicos que possibilitam o ingresso de profissionais da empresa em suas áreas de maior demanda por mão-de-obra. iii) Cursos Livres, voltados para a formação de pequenos empreendedores e prestadores de serviços, além do Programa Jovem Aprendiz para comunitários. Por meio do programa de qualificação e Jovens Aprendizizes foram formadas e qualificadas 111 pessoas, destas, 20 já estão incorporadas ao quadro de empregados da MRN em 2022. Além disso, há 105 comunitários em processo de qualificação pelo Programa de Educação.

3.3 Governança

- A MRN possui um processo para recebimento de denúncias e reclamações denominado "Canal de Ouvidoria", que está disponível para o público interno e externo, e possui como princípios em sua atuação a transparência, imparcialidade e independência. O recebimento das denúncias e reclamações é realizado e encaminhado por uma empresa de consultoria especializada, garantindo que as denúncias ou reclamações sejam direcionadas respeitando a segregação das funções. No ano de 2022, o Canal de Ouvidoria da MRN recebeu 455 relatos, incluindo denúncias, consultas e reclamações. Em comparação com 2021 o número é 4% menor. Das denúncias recebidas e avaliadas ao longo do ano, 21% foram classificadas procedentes e as medidas cabíveis foram tomadas pela Empresa; 4% procedentes parcialmente; 24% improcedentes; 8% inconclusivas e 16% foram interpretadas como sendo de assuntos não vinculados com as atividades da MRN. Os outros 27% foram recebidos no último trimestre de 2022 e, portanto, serão finalizados nos prazos previstos ao longo de 2023.
- No ano de 2022, foram treinados 1.393 empregados nos normativos de Compliance, tais como Código de Conduta, Guia de Prevenção e Combate à Discriminação e Assédio, Anticor-

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2022

rupção, dentre outros temas. Quanto à comunicação, foram realizadas 54 ações, dentre elas mensagens da Alta Liderança, pílulas com temas variados de Compliance, Programa de Embaixadores e cartilhas.

- O Departamento de Controles Internos dedicou-se na implantação do projeto de integração de riscos e controles internos, que teve como objetivo principal a integração das áreas de gestão de riscos, controles internos e *Compliance* da MRN.
- Em 2022, foi dado mais um passo na disseminação da metodologia de gestão de riscos da MRN, e foram realizados encontros com todas as áreas da empresa para reavaliar o banco de riscos, o que possibilitou ampliar a visibilidade de novos riscos em todos os processos operacionais e suporte, além de análise dos riscos existentes.
- Para a avaliação dos riscos mapeados na Matriz de Riscos, foram nomeados auditores internos, os quais foram capacitados em gestão de auditoria com base nas normas ISO19001 e ISO31000, estando aptos à verificação da eficácia dos *CSA's (Control Self Assessment)* e para analisar os controles dos "Riscos a Tratar".
- A MRN manteve, em 2022, a certificação do Sistema Integrado de Gestão nas normas ISO 45001 (Gestão de Saúde Ocupacional e Segurança do Trabalho) e a norma ISO 14001 (Gestão ambiental).
- A empresa adotou os princípios da *ASI (Aluminium Stewardship Initiative)*, no padrão de Desempenho e Cadeia de Custódia e realizou auditorias com o órgão certificador *Bureau Veritas Certification (BVC)*, que atestou a conformidade dos processos da MRN e recomendou a certificação nos dois padrões da ASI.
- Em 2022 a MRN realizou o aprimoramento das medidas de prevenção e detecção das obrigações previstas na Lei de Geral de Proteção de Dados – LGPD (Lei nº 13.709/2018), sendo realizadas 83 atividades, dentre elas a elaboração e revisão dos normativos de privacidade, cartilhas sobre a LGPD, atualização do ROPA (*Record Of Processing Activities*)/Inventário de Dados, viabilizando a implementação da ferramenta de gestão de privacidade para atender integralmente as exigências da legislação, revisão dos riscos e camadas de controle de privacidade, treinamento e comunicação.

3.4 Gestão de Segurança de Barragens

- Resolução 95 (ANM) – ACO/DCO – PAEBM: No início de 2022 foi emitido um novo PAEBM (Plano de Ação Emergencial de Barragens de Mineração) contemplando os reservatórios de rejeito do Saracá Leste. Seguindo a Legislação vigente, foram iniciadas as atividades de auditoria independente para as emissões do RCO (Relatório de Conformidade e Operacionalidade) e da DCO (Declaração de Conformidade de Operacionalidade) do PAEBM, feitas com sucesso no final do primeiro semestre de 2022.
- No segundo semestre foram realizados os simulados práticos de evacuação de emergência no Saracá Leste e Barragens do Porto, com a participação de empregados, prestadores de serviços, autoridades municipais, estaduais e federais, além de auditores independentes e das comunidades envolvidas.
- Início da plena atuação da empresa de Engenharia de Registros (*EoR*), com a mobilização de engenheiros de campo em tempo integral no distrito de Porto Trombetas, emissões mensais dos relatórios de desempenho da instrumentação e inspeções geotécnicas. Foi responsável também pela emissão dos RIRS (Relatórios de Inspeção de Segurança Regular) e das respectivas DCEs (Declarações de Condição de Estabilidade) dos reservatórios de rejeitos e barragens de sedimentos.
- Foi dado um importante passo para um melhor entendimento do fluxo de águas subterrâneas do sistema de rejeitos da MRN com a realização da primeira fase do estudo hidrogeológico, com análises físico/químicas das águas e ensaios geofísicos (eletrorresistividade e potencial espontâneo) em diferentes áreas do Saracá Leste. Esse aprofundamento possibilitará a adoção de novas premissas, tanto nas análises dos fatores de segurança das estruturas quanto nas considerações para projetos em desenvolvimento.

3.5 Operações e Remoção de Rejeito

- Dando seguimento às iniciativas para diminuição do consumo de águas do meio ambiente, o ano de 2022 foi marcado por mais uma conquista da MRN em relação ao uso de água nova

no sistema de rejeitos e planta de concentração. Com valores históricos de 20% de participação de águas novas / águas totais, foi atingido o menor consumo de água nova captada e que ficou abaixo de 8% dessa água total consumida.

- A alta pluviometria registrada no ano hidrológico 2021/2022, quarta maior chuva anual na história da MRN, significou um grande desafio operacional. Para manutenção da garantia da segurança do sistema de rejeitos, fez-se necessário tratar os efluentes e fazer vertimentos controlados para os igarapés. Todo o monitoramento ambiental realizado antes, durante e depois dos vertimentos, demonstraram a qualidade dos efluentes tratados dentro das exigências legais.
- Houve execução total do plano anual de remoção de rejeitos, tendo-se atingido acima de 1,4MM m³ removidos de reservatórios do Saracá Leste e destinados para áreas mineradas e fechamentos de reservatórios em descaracterização etc. Mais um importante passo dado na implantação do novo modelo de gestão de rejeito, ambientalmente mais sustentável.
- Continuidade dos trabalhos para amadurecimento da curva de aprendizado do uso do processo *AMC (Accelerated Mechanical Consolidation)* com o *Mud Farming*, visando os trabalhos futuros de remoção com adensamento controlado do rejeito. Após um segundo ano completo de operação do processo *Mud Farming*, foram identificados e medidos os ganhos significativos de volumes nos reservatórios em operação do Saracá Leste.
- Dando seguimento ao projeto de implementação do *Global Industry Standard for Tailings Management - GISTM*, que possui como meta a aderência aos requisitos em 100% até agosto de 2025, a MRN apresentou aderência de 40% aos requisitos do padrão de acordo com a avaliação realizada com auxílio de consultoria internacional especializada, trabalho avaliativo este finalizado em fevereiro de 2022. Em março de 2022, foi definido o plano de ações para atendimentos das oportunidades de melhorias identificadas. A empresa espera atingir 70% de aderência aos requisitos do *GISTM* até o final de 2023, avanço considerável dentro do cronograma estabelecido.

3.6 Inovação e Tecnologia

Ao longo de 2022, a MRN manteve seu foco em novas tecnologias sempre alinhadas às diretrizes de segurança da informação.

- A MRN realizou uma ação com empresas de todo o Brasil para demonstrar a carência da região do Oeste do Pará com relação à disponibilidade de internet para o desenvolvimento humano. Houve o interesse de empresas brasileiras de Telecom para iniciar estudos de investimento em circuitos de internet por fibra a partir de trechos terrestres e subaquáticos. O projeto deve se concretizar entre 2023/2024, levando internet para a região de Porto Trombetas e comunidades ribeirinhas.
- Foram realizados investimentos importantes como:
 - Mobilização e início das instalações do 4G: para atendimento às operações de mina, este projeto está sendo implementado via Oriximiná e Terra Santa, promovendo a melhoria da cobertura e disponibilidade de dados nos dois municípios.
 - *Cyber Security*: tornou-se o pilar central das iniciativas de tecnologia. A MRN ampliou seu investimento com contratos robustos de escopo *Cyber* que fortalecem o monitoramento preventivo afim de identificar riscos e vulnerabilidades que permitam ataques ou vazamento de dados.

4. Gestão de Pessoas

4.1 Principais Conquistas em 2022

Pelo segundo ano consecutivo, a MRN usou a plataforma *Pulses* (ferramenta da *Great Place to Work*) como ferramenta auxiliar na gestão contínua de pessoas, permitindo acompanhar a evolução do engajamento dos empregados. O resultado obtido a partir dessa ferramenta possibilitou a empresa definir ações que apoiem e constroem cada vez mais um lugar melhor para se trabalhar. Nesse contexto, a MRN foi premiada como a segunda Melhor Empresa para se trabalhar no Norte (em 2021 ficou quarto lugar) e figurou, pelo segundo ano consecutivo, entre as

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2022

50 Melhores Indústrias para se Trabalhar de Grande Porte no Ranking GPTW Brasil.

A MRN investiu na implantação da plataforma de gestão "LG - Lugar de Gente" para trazer mais agilidade e segurança nos processos de gestão de pessoas, deixando de atuar na gestão da burocracia e assumindo o papel mais estratégico.

- Em função do novo Planejamento Estratégico, o painel de Competências foi reconfigurado com importantes mudanças, de modo a associar a estratégia de pessoas aos objetivos e desafios do negócio.
- Foram desenvolvidos diversos programas, tais como:
 - Engajamento, Desenvolvimento de Liderança e Sucessores, Desenvolvimento de Trainee e Jovens Aprendizes, e Desenvolvimento de Comunitários, entre outros. Destaca-se o Programa de Desenvolvimento de Trainees, que teve 77% dos integrantes contratados, dos quais 90% são do gênero feminino fortalecendo as estratégias de Diversidade & Inclusão.
- Foi implementado o Programa de Desenvolvimento da Comunidade, que conta com cursos de Qualificação de Bombeiro Civil, Vulcanizador, Condutor de Veículos de Emergência, Operador de Equipamento de Mineração, Elevação de Escolaridade, dentre outros cursos livres. O objetivo central desse programa é apoiar a jornada de Transformação Cultural e Social, contribuindo para uma MRN mais diversa e inclusiva. O Programa contou com a participação de 185 pessoas de comunidades da região de Porto Trombetas.
- Foi implantado o Programa de Carreira em Y que oferece ao profissional dois caminhos de crescimento, permitindo que o empregado possa optar por assumir um cargo gerencial ou se tornar um especialista em determinada área técnica.

4.2 Força de Trabalho

	2022	2021
Número de empregados próprios*	1.469	1.449
% do estado do Pará	83,6%	82,2%
% demais estados da região Norte	2,3%	2,7%
% demais estados do Brasil	14,1%	15,1%
Número de empregados terceiros*	4.398	3.777

*Referente ao mês e dezembro dos anos de 2021 e 2022

4.3 Diversidade e Inclusão

- A MRN segue buscando o fortalecimento e a ampliação da cultura de Diversidade & Inclusão em todos os seus espaços, por meio do programa "MRN Pra Todos". Em 2022, o programa completou seu primeiro ano com os Pilares de Afinidades: Gênero, Raça e Etnia, PCD, Gerações e LGBTQIA+. A MRN reconhece que é necessário evoluir nesses pilares para que os números possam refletir seus esforços de estruturação ao longo de 2022.
- A empresa conquistou o primeiro lugar no Prêmio Aberje 2022 com o tema "MRN pra todos: Iniciativas afirmativas, diversidade e inclusão em Porto Trombetas (PA)", essa premiação reforça e energiza o propósito da MRN com a diversidade, mostrando que está sendo construída uma empresa cada vez mais livre de preconceitos, que abraça as diferenças e abre espaços a todos.
- Destaca-se o aumento no número de mulheres líderes na companhia, a empresa finalizou 2022 com 13 mulheres em cargos de liderança comparado a 9 em 2021. Em termos gerais isso significa 11,8% de mulheres presentes em sua liderança no ano de 2022, comparado com 9,9% em 2021. Embora seja uma evolução significativa, a MRN reconhece que é necessário trabalhar ainda mais para que esse número aumente de forma acelerada.

5. Desempenho Econômico-Financeiro

5.1 Receita líquida

A receita líquida da MRN totalizou, aproximadamente, **R\$ 1,893 bilhão no ano de 2022**, cerca de 22% superior ao ano de 2021 (o faturamento líquido, em 2021, foi de R\$ 1,555 bilhão).

As principais variações que resultaram nesse aumento foram: aumento do preço da bauxita em função do aumento do LME / API; e aumento no volume de vendas em 291 mil toneladas e variação negativa da qualidade do minério, parcialmente compensadas pelos efeitos da queda do dólar e aumento dos custos de produção.

5.2 Custo dos Produtos Vendidos (CPV)

Em 2022, o CPV foi de R\$ 1,413 bilhão, um aumento de 16% em relação ao ano anterior (em 2021 R\$ 1,218 bilhão). Tal aumento no custo está ligado, principalmente, ao significativo aumento nos preços dos combustíveis utilizados nas operações que, em média, ficou 38% maior que em 2021, importante pressão inflacionária sobre a folha de pagamento, sobre materiais e serviços, além dos custos adicionais em relação ao aumento no volume de vendas em 291 mil toneladas.

5.3 Outras receitas/despesas operacionais

As outras despesas operacionais foram de R\$ 140,0 milhões, aumento de 49% em relação ao ano de 2021. Dentre as naturezas de gastos alocados nessa rubrica, destacam-se as despesas em 2022 com testes para o projeto de Remoção Mecânica de Rejeitos na ordem de R\$ 53 milhões, e a receita em 2021 com recuperação de créditos de impostos referente ao processo de exclusão do ICMS da base de cálculo do Pis/Cofins, de R\$ 41 milhões. Em 2022 as despesas com Plano de Contingência da Covid-19 foram menores em R\$ 28 milhões, compensando parcialmente o impacto negativo nesta rubrica.

5.4 EBITDA

O EBITDA do exercício 2022 foi de R\$ 529,0 milhões, aproximadamente 2,4% maior que o ano anterior (em 2021, o valor correspondeu a R\$ 516,8 milhões). A melhora desse indicador ocorreu principalmente em função do aumento do preço do minério em decorrência da alta do LME e API, aumento do volume de vendas em 29 mil toneladas, parcialmente compensadas pelo aumento no preço dos combustíveis, inflação entre outros. Vale ressaltar que a MRN conseguiu reverter boa parte dos impactos negativos através do Programa Transformação e outras iniciativas de otimizações de custos e despesas ao longo do exercício.

5.5 Lucro Líquido

A MRN registrou um lucro líquido de R\$ 162,6 milhões em 2022 comparado a um prejuízo de R\$ 6,3 milhões em 2021. O principal impacto está relacionado à variação cambial sobre o saldo da dívida em dólar. De modo geral, o saldo da dívida em 31/12/2021 era de R\$ 1,193 bilhão com uma taxa câmbio de fechamento de R\$5,58. A dívida em 31/12/2022 foi de R\$ 1,210 bilhão com uma taxa de câmbio de fechamento de R\$ 5,22. Considerando as movimentações das dívidas entres os anos e as respectivas taxas de câmbio, em 2021 a MRN registrou uma variação cambial passiva (impacto negativo) de R\$ 53,9 milhões, e em 2022 foi contabilizada uma variação cambial ativa (impacto positivo) de R\$ 62,4 milhões.

5.6 Resultado Financeiro

O resultado financeiro apresentado, em 2022, apurou um dispêndio de R\$ 84,8 milhões (R\$ 192,5 milhões em 2021). A variação cambial foi o principal fator positivo, compensado parcialmente pelo aumento das despesas com juros.

5.7 Estrutura de Capital, Liquidez e Rating

A MRN encerrou o ano com uma dívida líquida de R\$ 1,210 bilhão, a qual é denominada em moeda estrangeira, assim como a receita da empresa. A MRN registrou o múltiplo da Dívida Líquida/Ebitda em 2,29.

A MRN realizou uma importante reestruturação de sua dívida ao longo de 2022, que resultou em um novo perfil de endividamento em linha com a sua geração de fluxo de caixa e capacidade de pagamento de seus compromissos para os próximos anos. Em 31/12/2021, a estrutura da dívida foi de 38% no curto prazo e 62% no longo prazo e, considerando a manutenção da estratégia de tesouraria e o resultado previstos para ao ano seguinte (2022), a indicação era fechar o

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2022

ano de 2022 com uma dívida de 80% no curto prazo e 20% no longo prazo. Com a nova estratégia da tesouraria implantada ao longo do exercício, a MRN reestruturou a sua dívida com sucesso e, como resultado, registrou em suas Demonstrações Financeiras de 2022 uma dívida com o seguinte perfil: 17% no curto prazo e 83% no longo prazo.

5.8 Impostos, taxas e contribuições

Foi recolhido aos cofres públicos no ano de 2022, em impostos, taxas e contribuições, excluindo retenções na fonte, o montante de R\$ 320,1 milhões (R\$ 199,5 milhões em 2021), assim distribuídos:

	Unidade	2022	2021
Contribuições previdenciárias	R\$ milhões	77,7	66,9
Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais – CFEM	R\$ milhões	62,8	49,2
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido	R\$ milhões	69,2	16,6
PIS e COFINS	R\$ milhões	38,1	19,1
ICMS	R\$ milhões	45,1	21,2
Taxa de Fiscalização de Recursos Minerais – TFRM	R\$ milhões	25,6	23,1
Taxa de Fiscalização de Recursos Hídricos – TFRH	R\$ milhões	0	1,4
Outros impostos, taxas e contribuições	R\$ milhões	1,6	2,0
Total Impostos, taxas e contribuições	R\$ milhões	320,1	199,5

5.9 Investimentos

A MRN, no ano de 2022, realizou investimentos de R\$ 533,1 milhões, já líquidos de impostos recuperáveis, associados a 333 projetos das mais diversas naturezas e aplicações, que garantiram a plena manutenção da capacidade produtiva do negócio. Deste montante, R\$ 353,9 milhões foram destinados aos reservatórios de rejeitos, R\$ 64,4 milhões foram atribuídos à garantia operacional e R\$ 45,9 milhões foram destinados a equipamentos de mineração. Foram investidos, também, R\$ 27,9 milhões em projetos de saúde e segurança, infraestrutura e atualização tecnológica, R\$ 14,8 milhões em meio ambiente, e R\$ 26,2 milhões em outros projetos.

5.10 Gestão de CapEx, Contratos e Projetos Sustaining

Em 2022 a MRN atingiu sua maior realização econômica de CapEx da história. Foram executados R\$ 585,2 milhões (antes dos impostos) associados a 333 projetos das mais diversas naturezas e aplicações, que garantiram a plena manutenção da capacidade produtiva do negócio.

O primeiro trimestre de 2022 foi marcado pelas incertezas do cenário geopolítico em função da guerra na Ucrânia. Tal fato, associado aos impactos ainda remanescentes da pandemia de 2020/2021, acarretou significativos aumentos de preços de materiais, insumos, equipamentos e serviços necessários para implantação da carteira de projetos no referido ano. Além dos impactos inflacionários percebidos na cadeia de suprimentos e contratos em andamento durante o ano, a execução de projetos em 2022 transcorreu sob uma precipitação pluviométrica aproximadamente 53% maior que a média histórica registrada nos últimos 21 anos na região, demandando uma gestão mais complexa dos respectivos impactos nas atividades de construção. Cabe ressaltar que os planos de mitigação obtiveram o êxito esperado e os projetos prioritários, tais como progresso na construção do Reservatório de Rejeito SP25, Sistema Booster, Regularizações de Cristas e Espigotamento dos SPs 07B, 07C e SP16, além dos novos Extravasores dos SPs 7B e 7C, mantiveram suas datas de entrega conforme necessidade do negócio. No ano foi possível

ainda entregar à operação ativos importantes para segurança de barragens e manutenção da capacidade produtiva da companhia, tais como regularizações de crista de reservatórios de rejeito, dos reforços de berma, recuperação dos bueiros triplos da estrada de acesso ao Platô do Aviso, além de cumprir marco importante, sob aspecto ambiental, como a entrega da obra da Central de Resíduos Industriais – CRID e conclusão da primeira etapa de fechamento do SP6.

5.11 Programa Zona Oeste (PZO)

Em 2022, a MRN avançou significativamente nos estudos de viabilidade do Programa Zona Oeste (PZO01), objetivando a continuidade de suas operações. O PZO consiste em um programa que contempla três projetos: Projeto Novas Minas (PNM02), que tem como base a abertura de 38,7km estradas e a infraestrutura necessária para exploração dos platôs Rebolado, Escalante e Cruz Alta Leste (flanco norte), Jamari e Barone (flanco sul), o Projeto Sistema de Rejeito (PSR02), que considera a infraestrutura necessária para remoção mecânica do rejeito seco para disposição em cavas e o Projeto Linha de Transmissão 230 kV (PLT01), que permitirá a conexão da MRN ao SIN – Sistema Interligado Nacional, por meio de uma LT de aproximadamente 98km entre o platô Saracá e a Subestação de rebaixamento 500/230kV em Oriximiná. O projeto da Linha de Transmissão permitirá à MRN reduzir consideravelmente o nível emissões de CO2 aprimorando ainda mais as condições de sustentabilidade da MRN.

No Projeto Novas Minas (PNM02) e Projeto Sistema de Rejeito (PSR02), destaca-se a conclusão do desenvolvimento dos estudos de FEL2, por meio da submissão dos respectivos entregáveis da fase em setembro de 2022. Foi emitido também aos acionistas a RFA – *Request for Approval* para o desenvolvimento da etapa do FEL3. Ambos os entregáveis objetivam subsidiar a aprovação do “gate 2” por parte dos acionistas. Em novembro de 2022, a partir do edital nº 32/2022, o IBAMA formalizou o aceite do Estudo de Impacto Ambiental e do Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA), uma etapa crucial para início dos preparativos das audiências públicas do PNM – Projeto Novas Minas. O EIA/RIMA do projeto foi entregue à todas as partes envolvidas e as tratativas com o IBAMA e demais partes relacionadas do processo de licenciamento ambiental do projeto, seguem em andamento, objetivando a obtenção da Licença Prévia (LP) e posterior Licença de Instalação (LI) e Licença de Operação (LO).

O Projeto Linha de Transmissão 230kV (PLT01) teve o estudo de FEL3 continuado em 2022, por meio dos estudos para adequação da Engenharia Básica, análise das adequações das instalações elétricas existentes, sistema de emergência das cargas emergenciais e sistema de vapor que serão continuados ao longo do próximo ano. Importante mencionar a realização da vistoria com as equipes da MRN e IBAMA/AMAPÁ como parte do processo de Licença de Instalação (LI).

De forma complementar, referente à matriz energética, a empresa continua empenhando esforços nos estudos de novas tecnologias para fornecimento de energia, objetivando soluções mais sustentáveis e de menor custo operacional.

5.11.1 Programa Zona Oeste (PZO) – Estratégia de Financiamento

Por fim, em função do avanço do cronograma do PNM, a MRN contratou o Banco Santander para atuar como Consultor Financeiro do Projeto Zona Oeste. O Banco começa a desempenhar tal atividade a partir de janeiro de 2023, tendo como principal escopo o mapeamento e contratação das melhores alternativas de financiamento disponíveis para o Projeto.

Porto Trombetas, 15 de março de 2023.

Diretoria Executiva

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.

Aos Acionistas e Diretores da
Mineração Rio do Norte S.A.
Oriximiná – Porto Trombetas – PA

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Mineração Rio do Norte S.A. ("Sociedade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Mineração Rio do Norte S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase - Transações com partes relacionadas

Conforme mencionado na nota explicativa nº 20, chamamos a atenção para o fato que a Sociedade mantém operações relevantes com seus acionistas, principalmente envolvendo à receita de vendas. Essas transações foram efetuadas de acordo com os termos específicos firmados entre a Administração da Sociedade e os acionistas. Portanto, as demonstrações financeiras acima referidas devem ser lidas nesse contexto. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos**Demonstração do valor adicionado**

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaborada sob a responsabilidade da administração da Sociedade, cuja apresentação não é requerida às companhias fechadas, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Sociedade. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está reconciliada as demais demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente preparada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e está consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Mineração Rio do Norte S.A. é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é

responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belém, 15 de março de 2023

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC PA-000742/F

Marcelo Pereira Gonçalves
Contador CRC 1SP220026/O-3

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
 (EM MILHARES DE REAIS)

Mineração Rio do Norte S.A.
Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e 2021
 (Valores expressos em milhares de Reais)

ATIVO			
	Notas	31/12/2022	31/12/2021
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	26.588	27.160
Contas a receber de clientes	5 e 20.b	293.175	267.459
Estoques	6	139.050	203.380
Tributos a compensar	8	38.135	47.691
Despesas antecipadas	9	82.382	60.763
Outros ativos circulantes	-	32.696	14.925
Total do ativo circulante		612.026	621.378
Realizável a longo prazo			
Ativo não circulante			
Tributos a compensar	8	130.984	106.030
Depósitos judiciais	7	208.036	200.249
Tributos diferidos	16	232.943	201.630
Despesas antecipadas	9	109.976	73.122
Outros ativos não circulantes	-	6.919	4.777
		688.858	585.808
Investimentos	-	488	471
Imobilizado	10	2.600.222	2.560.304
Intangível	10	5.822	6.637
		2.606.532	2.567.412
Total do ativo não circulante		3.295.390	3.153.220
Total do ativo		3.907.416	3.774.598

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Mineração Rio do Norte S.A.
Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e 2021
 (Valores expressos em milhares de Reais)

PASSIVO			
	Notas	31/12/2022	31/12/2021
Passivo circulante			
Fornecedores	11	338.495	208.828
Empréstimos e financiamentos	12	204.405	455.539
Salários, provisões e contribuições sociais	-	88.581	81.549
Impostos a recolher	13	41.464	35.493
Imposto de renda e contribuição social a pagar	-	20.377	29.332
Dividendos a pagar	17.d	65.901	-
Provisão para desmobilização de ativos	15	90.995	94.822
Outras obrigações	-	6.929	17.499
Total do passivo circulante		857.147	923.062
Passivo não circulante			
Empréstimos e financiamentos	12	1.005.723	738.104
Provisão para contingências	14	300.185	285.769
Provisão para desmobilização de ativos	15	745.893	925.961
Outras obrigações	-	1.478	1.398
Total do passivo não circulante		2.053.279	1.951.232
Patrimônio líquido			
Capital social	17 (a)	490.163	490.163
Reservas de capital	17 (b)	6.830	6.830
Reserva de lucros	17 (c)	499.997	403.311
Total do patrimônio líquido		996.990	900.304
Total do passivo e do patrimônio líquido		3.907.416	3.774.598

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(EM MILHARES DE REAIS)

Mineração Rio do Norte S.A.
Demonstrações dos resultados
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de Reais)

	Notas	31/12/2022	31/12/2021
Receita operacional líquida	19	1.892.735	1.554.587
Custo dos produtos vendidos	21	(1.412.961)	(1.218.715)
Lucro bruto		479.774	335.872
Receitas (despesas) operacionais			
Gerais e administrativas	22	(81.828)	(67.790)
Outras receitas operacionais	23.a	9.854	109.267
Outras despesas operacionais	23.b	(149.915)	(203.112)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		257.885	174.237
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	24	16.240	21.517
Despesas financeiras	24	(171.880)	(144.513)
Variação cambial líquida	24	70.797	(69.541)
		(84.843)	(192.537)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		173.042	(18.300)
Imposto de renda e contribuição social			
Correntes	16	(41.768)	(29.339)
Diferidos	16	31.313	41.332
		(10.455)	11.993
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	18	162.587	(6.307)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício por milhões de ações (em R\$)	18	270,98	(10,51)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(EM MILHARES DE REAIS)

Mineração Rio do Norte S.A.
Demonstrações de outros resultados abrangentes
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de Reais)

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	162.587	(6.307)
Itens a serem posteriormente reclassificados para o resultado		
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total do exercício	<u>162.587</u>	<u>(6.307)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Mineração Rio do Norte S.A.
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	Capital social	Reserva de capital	Reserva de lucros			Lucros (prejuízos) acumulados	Total
				Legal	Reserva de incentivo fiscal	Reserva de retenção de lucros		
Saldos em 31 de dezembro de 2020		490.163	6.830	98.033	269.467	32.909	-	897.402
Prejuízo do exercício	17.c.3	-	-	-	-	-	(6.307)	(6.307)
Absorção prejuízo líquido do exercício	17	-	-	-	-	(6.307)	6.307	-
Devolução de dividendos	17.c e d	-	-	-	-	9.209	-	9.209
Saldos em 31 de dezembro de 2021		<u>490.163</u>	<u>6.830</u>	<u>98.033</u>	<u>269.467</u>	<u>35.811</u>	<u>-</u>	<u>900.304</u>
Lucro do exercício	17.c.3	-	-	-	-	-	162.587	162.587
Reserva de incentivo fiscal	17.c.2	-	-	-	35.470	-	(35.470)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	17.d	-	-	-	-	-	(65.901)	(65.901)
Reserva para retenção de lucros	17.c e d	-	-	-	-	61.216	(61.216)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022		<u>490.163</u>	<u>6.830</u>	<u>98.033</u>	<u>304.937</u>	<u>97.027</u>	<u>-</u>	<u>996.990</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(EM MILHARES DE REAIS)

Mineração Rio do Norte S.A.
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	31/12/2022	31/12/2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		173.042	(18.300)
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa gerado pelas atividades operacionais:			
Depreciação, amortização e exaustão	10	271.128	342.539
(Reversão) Provisão para obsolescência de materiais	6	(275)	12.660
Provisão (reversão) para contingências	14	2.643	(3.081)
Valor residual de ativo imobilizado baixado	-	9.574	1.309
Atualização monetária de depósitos judiciais	7	(7.787)	(2.573)
Provisão para desmobilização de ativos	15	87.073	103.113
Atualização monetária contingências	14	18.269	2.118
(Reversão) de perdas com ICMS	-	-	(47.564)
(Receita) Despesa com variação cambial e juros provisionados, líquidos	12	(2.988)	109.033
(Aumento) redução nos ativos operacionais			
Contas a receber de clientes	5 e 20.b	(25.716)	(66.634)
Estoques	6	64.605	(13.441)
Depósito judicial	7	-	218
Tributos a compensar	-	34.148	(61.380)
Outros	-	(78.157)	(66.690)
Aumento (redução) nos passivos operacionais			
Fornecedores	-	54.915	27.551
Impostos a recolher	13	5.971	6.692
Salários, provisões e encargos sociais	-	7.032	12.905
Provisão para desmobilização de ativos (pagamentos)	15	(52.990)	(62.574)
Provisão para contingências (pagamentos)	14	(6.496)	(1.899)
Outras obrigações	-	(10.462)	6.505
Caixa proveniente das atividades operacionais			
Juros pagos	12	(42.664)	(24.075)
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	(69.282)	(16.569)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais			
		431.583	239.863
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de imobilizado e intangível	10	(494.292)	(393.501)
Fluxo de caixa (utilizado nas) atividades de investimento			
		(494.292)	(393.501)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Captação de empréstimos e financiamentos	12	1.074.597	826.877
Pagamento de empréstimos e financiamentos	12	(1.012.460)	(652.946)
Amortização de arrendamentos	-	-	(510)
Fluxo de caixa proveniente das atividades de financiamento			
		62.137	173.421
(Redução) aumento do saldo de caixa e equivalentes de caixa			
		(572)	19.783
Caixa e equivalentes de caixa			
Saldo inicial	4	27.160	7.377
Saldo final	4	26.588	27.160
(Redução) aumento do saldo de caixa e equivalentes de caixa			
		(572)	19.783

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
 (EM MILHARES DE REAIS)

Mineração Rio do Norte S.A.
Demonstrações do valor adicionado
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	31/12/2022	31/12/2021
Receitas		2.179.946	1.809.500
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	19	2.170.936	1.763.757
Outras receitas		9.010	45.743
Insumos adquiridos de terceiros (inclui os valores dos impostos ICMS, PIS e COFINS)		1.049.473	809.986
Custos dos produtos vendidos		861.312	640.386
Material e serviços de terceiros		188.161	169.600
Valor adicionado bruto		1.130.473	999.514
Depreciação, amortização e exaustão	10	271.128	342.539
Valor adicionado líquido produzido pela Sociedade		859.345	656.975
Valor adicionado recebido em transferência		95.960	22.813
Receitas financeiras e variações monetárias ativas		95.960	22.813
Valor adicionado total a distribuir		955.305	679.788
Distribuição do valor adicionado			
Pessoal		231.315	200.210
Remuneração direta		196.803	167.315
Benefícios		22.987	22.718
FGTS		11.525	10.177
Impostos, taxas e contribuições		380.600	270.535
Federais		242.055	177.792
Estaduais		121.299	83.514
Municipais		17.246	9.229
Remuneração de capitais de terceiros		180.803	215.350
Juros e variações monetárias passivas		180.803	215.350
Remuneração de capitais próprios		162.587	(6.307)
Dividendos propostos	17.d	65.901	-
Lucros e prejuízos absorvidos		96.686	(6.307)
Total do valor adicionado distribuído		955.305	679.788

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto, quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional e informações corporativas

A Mineração Rio do Norte S.A. ("MRN" ou "Sociedade") é uma Sociedade Anônima (S.A.) de capital fechado, com sede na cidade de Oriximiná (PA), distrito de Porto Trombetas, cujos acionistas são: Vale S.A., Rio Tinto do Brasil Ltda., South32 Minerals S.A., Companhia Brasileira de Alumínio e Norsk Hydro Brasil Ltda. As atividades da Sociedade consistem na extração, no beneficiamento e na venda de minério de bauxita.

A Sociedade gerencia suas relações com o meio ambiente como fator estratégico, com o pleno atendimento à legislação aplicável, bem como as diretrizes e normas internas. Adota rigoroso programa de gestão ambiental como forma de minimizar os impactos gerados pelas diversas atividades realizadas em suas operações, em conformidade com a norma ISO 14001, na qual é certificada, tanto para suas operações industriais quanto para o núcleo urbano de Porto Trombetas e ainda atua de forma permanente no monitoramento, revegetação, desenvolvimento de mudas e atividades educativas voltadas para seus empregados e para a comunidade.

Nossas operações em Porto Trombetas consistem na extração do

minério, beneficiamento, transporte ferroviário, secagem e embarque de navios. Hoje operamos as minas: Monte Branco, Bela Cruz, Cipó e Teófilo. A bauxita é encontrada a cerca de oito metros de profundidade no solo. Para extraí-la, é necessário remover a camada de argila na superfície com um trator, em seguida, a camada de bauxita é escavada e transportada em caminhões para ser beneficiada.

Após a lavra, a argila que foi retirada é devolvida ao local de origem, e a área é preparada para o reflorestamento, realizado na época das chuvas.

O beneficiamento inclui duas fases principais: a britagem e a lavagem. A primeira reduz o minério em partes menores, de até três polegadas. Na lavagem, os resíduos de argila que ainda estiverem misturados à bauxita são separados com jatos de água. Cerca de 80% da água utilizada na lavagem é reaproveitada no processo.

Após a lavagem, cerca de 26% do volume da massa sólida (argila) é considerada rejeito de bauxita e vai para os tanques de disposição de rejeitos. Depois de beneficiada, a bauxita é trans-

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 (Valores expressos em milhares de reais, exceto, quando indicado de outra forma)

portada da mina até o porto hidroviário, ao longo de uma ferrovia de 28 km de extensão.

Ao chegar na área do porto, a bauxita pode seguir ainda úmida para os navios ou pode ser comercializada seca, passando por fornos secadores antes de embarcar. A bauxita de Porto Trombetas está localizada em platôs, superfícies elevadas com topos relativamente planos e altitudes entre 150 e 230 metros, formadas a partir de processos de laterização atuantes sobre rochas sedimentares, que continham minerais aluminosos, desde o período Paleogeno (cerca de 65 M.a.). A mineralização de bauxita ocorre na parte superior do platô, que normalmente é coberta por uma camada de material estéril com cerca de 8 metros de espessura. Porém, próximo às bordas dos platôs, a bauxita pode ser até aflorante no solo.

Os rejeitos do processo de lavagem da bauxita são recebidos no sistema de barragens, localizado em uma área já minerada. Quando os platôs atingem sua capacidade final, passam por um processo de ressecamento e deixam de receber rejeitos e entram na fase de desativação, que envolvem processos de preparação de drenagem das águas superficiais e adequação do solo para o posterior plantio de espécies nativas da região. Assim essas áreas poderão ser devolvidas com a vegetação mais próximas possível do cenário natural.

1.1 Situação de capital circulante líquido negativo

Em 31 de dezembro de 2022, a Sociedade apresentou capital circulante líquido negativo de R\$ 245.121 (2021: R\$ 301.684), e lucro líquido no resultado do exercício de R\$ 162.587 em 2022 (R\$ 6.307 de prejuízo líquido em 2021), bem como fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais positivo R\$ 431.583 (R\$ 239.863). O capital circulante líquido da Sociedade foi impactado principalmente pelos fornecedores e empréstimos e financiamentos de curto prazo. Isso devido a características particulares da estrutura de capital da Sociedade, que possui todas a valorização de suas receitas vinculadas ao dólar norte-americano ("dólar"), visto que a bauxita é cotada em dólar, bem como contratos de venda de bauxita de longo prazo. Deste modo a Sociedade utiliza instrumentos de financiamento de curto prazo com lastro em exportações (adiantamentos de contrato de câmbio) como forma de financiar sua operação.

A Administração avaliou a capacidade de liquidação das obrigações de curto prazo da Sociedade e entende que terá recursos suficientes para continuar operando e, portanto, com base no seu julgamento, concluiu que não há incertezas materiais sobre a capacidade de continuidade operacional, bem como se necessário recorrer a captações de recursos financeiros com os seus acionistas.

2 Principais práticas contábeis

2.1 Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

2.1.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), com observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 11.638/09 que alterou e revogou a lei nº 6.404/76), e nos pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A emissão das demonstrações financeiras foi aprovada pela Diretoria em 15 de março de 2023.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

a. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R\$),

que é a moeda funcional da Sociedade. Todas as informações contábeis apresentadas em reais foram arredondadas para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

b. Transação e saldos

Na elaboração das demonstrações financeiras da Sociedade, as transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente de sua moeda funcional é registrada de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No final de cada período de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no final do exercício. As variações cambiais sobre itens monetários são reconhecidas no resultado do exercício em que ocorrerem.

2.3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais, que são mensurados a cada data de reporte e reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Os instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Sociedade e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas na nota explicativa:

- Nota nº 14 – Provisão para contingências – As provisões de contingências são S, na qual são analisadas principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo exercício financeiro estão incluídas nas notas explicativas:

- Nota nº 15 – Provisão para desmobilização de ativos – As obrigações da Sociedade com provisão para desmobilização de ativos (fechamento de mina) estão relacionadas em restaurar a floresta durante o processo de exploração do minério de bauxita. A provisão é constituída com critério baseados em estimativas de gastos futuros. Os principais gastos que estão relacionados com desmobilização de ativos são descomissionamentos, programa socioambientais, programa de gerenciamento de resíduos e restauração das áreas exauridas.
- Nota nº 16 – Imposto de renda e contribuição social – Tributos diferidos – A sociedade mantém registrados em seus livros contábeis os valores apurados de imposto de renda e contribuição social diferidos através das diferenças temporárias. Está relacionado as incerteza e julgamentos a disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados;
- Nota nº 26 – Instrumentos financeiros Análise de sensibilidade utilizando cenário base, cenário adverso e cenário remoto. A Sociedade entende que os principais riscos são de variação da LIBOR (*London InterBank Offered Rate*), LME (*London Metal Exchange*) e variação cambial (dólar).

2.5 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, depósitos ban-

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto, quando indicado de outra forma)

cários, outros investimentos de curto prazo de liquidez imediata em montante conhecido de caixa e sujeito a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custos acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

2.6 Contas a receber de clientes

Contas a receber de clientes representam os valores a receber pela venda de bauxita e com prazo médio de vencimento de 30 dias. A Sociedade não constitui provisão para Perdas de Crédito Esperadas (PCE), uma vez que o faturamento é efetuado diretamente aos próprios sócios e não existe histórico de inadimplência e/ou perdas reconhecidas.

2.7 Estoques

Os estoques estão registrados pelo menor valor entre custo e valor realizável líquido. Os custos de produção compreendem custos fixos e variáveis, direta e indiretamente atribuídos a produção. Os custos diretos são apropriados mediante apontamento de forma objetiva, e os custos indiretos são apropriados por meio de rateio com base na capacidade normal de produção, incluindo gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes.

Na data de apresentação das demonstrações financeiras, o valor realizável líquido dos estoques é avaliado, e uma provisão para perda com estoque obsoleto ou de baixa movimentação pode ser reconhecida. As baixas e reversões são reconhecidas como "Custo dos produtos vendidos".

A Sociedade reconhece como provisão para obsolescência de materiais de almoxarifado todos os itens sem movimentação há mais de 24 meses, salvo itens de garantia operacional ou orientação específica da área. Na análise para provisão a Sociedade considera critérios importantes, tais como: se o item está vinculado a ativos obsoletos ou em processo de obsolescência; realização da avaliação técnica e comercial proveniente de mudanças no mercado; validação se o item não faz parte da lista de garantia operacional; certificação de que o item, por exposição ou condições de armazenamento, está próprio/impróprio para uso; e por fim submete à provação da obsolescência pela administração.

2.8 Imobilizado e intangível**a. Reconhecimento e mensuração**

O imobilizado é registrado ao custo histórico de aquisição ou construção e inclui todos os gastos incorridos durante a sua fase de construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados e acrescido, quando aplicável, de juros capitalizados durante o período de construção do ativo, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

b. Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Sociedade.

c. Depreciação e amortização

A depreciação e amortização são calculadas pelo método linear, com base na vida útil estimada de cada item, conforme demonstradas na Nota nº 10. A vida útil estimada e o método de depreciação são revisados ao final de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

d. Desenvolvimento e construção em andamento

Gastos com pesquisa e desenvolvimento são classificados como despesas, até que estes estudos confirmem a viabilidade econômica da área. Quando reservas minerais economicamente viáveis são identificadas e a decisão de prosseguir com o desenvolvimento é aprovado, os ativos de exploração e avaliação são capitalizados. Os gastos relacionados ao desenvolvimento, quando aplicáveis são capitalizados como obras em andamento e estão incluídos em jazidas, instalações e equipamentos. Custos associados ao comissionamento de novos ativos incorridos antes que eles operem da maneira pretendida pela administração, são capitalizados. Construções em andamento incluem o preço de compra e quaisquer custos diretamente atribuíveis para trazer o ativo para o local e condição necessária para o uso pretendido, incluindo avanços em itens de longa duração. Construção em andamento não é depreciado.

Quando o ativo entra em operação da maneira pretendida pela administração, os custos de construção em andamento são reclassificados para jazidas ou instalações e equipamentos.

A exaustão das jazidas é calculada com base na relação entre o volume produzido e a capacidade estimada das reservas minerais. Os demais custos de exploração, após o início das operações, são reconhecidos nos custos de produção, quando incorridos.

2.9 Provisão para redução ao valor recuperável dos ativos (*impairment*)

No fim de cada exercício, a Sociedade revisa o valor contábil de seus ativos para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável.

Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Sociedade calcula o montante recuperável da Unidade Geradora de Caixa (UGC) à qual pertence o ativo.

Ativos não financeiros

A Sociedade determina o valor em uso do ativo tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados, com base nos orçamentos aprovados pela Administração, na data da avaliação até a data final do prazo de exploração, considerando taxas de descontos que reflitam os riscos específicos relacionados a cada unidade geradora de caixa.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado.

O valor recuperável de um ativo é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo.

2.10 Empréstimos e financiamentos

O saldo de empréstimos e financiamentos corresponde ao valor dos recursos captados, acrescidos dos juros e encargos proporcionais ao período incorrido, deduzidos das parcelas amortizadas. Se aplicável, os saldos de empréstimos e financiamentos contemplam a variação cambial reconhecida sobre o passivo.

2.11 Provisões e passivos contingentes

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Sociedade tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e é mais provável do que não, que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

a. Provisões para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e ambientais

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto, quando indicado de outra forma)

A Sociedade é parte de processos judiciais e administrativos, conforme descrito na Nota nº 14.

Provisões são constituídas para todos os riscos referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

b. Provisão para desmobilização de ativos

A Sociedade reconhece uma obrigação segundo o valor presente dos fluxos de caixa de desembolso futuro para provisão para desmobilização de ativos, no período em que elas ocorrerem, conforme a Nota nº 15.

A Sociedade considera as estimativas contábeis relacionadas com a recuperação de áreas degradadas e os custos de encerramento de uma mina como uma prática contábil crítica por envolver valores significativos de provisão e se tratar de estimativas que envolvem diversas premissas, tais como: taxa de juros, inflação, vida útil dos ativos e as datas projetadas de exaustão de cada mina. A Sociedade utilizou no ano de 2022 a taxa de desconto considerando a NTN-B ano 2055 mais o IPCA 2026 para Ajustar a Valor Presente (AVP), a provisão para desmobilização de ativos.

c. Provisão para participações nos resultados

A Sociedade reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados por parte dos funcionários, o qual é vinculado ao alcance de metas operacionais e objetivos específicos, estabelecidos e aprovados no início de cada exercício por um comitê formado por representantes dos empregados, sindicato e a Sociedade.

2.12 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 anualmente para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, quando houver, limitada anualmente a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. Os impostos correntes e os impostos diferidos são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

a. Imposto de renda e contribuição social corrente

Quando aplicável, a despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como passivo ou ativo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios da legislação fiscal forem atendidos.

b. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas nos resultados em item de imposto de renda e contribuição social diferida.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferidos é

reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas, na extensão em que seja provável que lucros futuros tributáveis estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas reverterem, baseando-se na legislação vigente até a data de apresentação das demonstrações financeiras, o que inclui benefícios fiscais garantidos a entidade.

A mensuração do imposto diferido reflete as consequências tributárias que seguiriam a maneira sob a qual a Sociedade espera recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

c. Incentivo fiscal

A Sociedade possui incentivo fiscal de redução parcial do imposto de renda devido, pelo valor equivalente à parcela atribuída pela legislação fiscal às operações na região norte.

O incentivo concede à Sociedade o direito à redução de 75% do imposto de renda calculado com base no lucro fiscal da atividade (chamado lucro da exploração) e leva em conta a alocação do lucro operacional pelos níveis da produção incentivada. Um montante igual ao obtido com a economia fiscal deve ser apropriado em uma conta de reserva de lucros, no patrimônio líquido, e não pode ser distribuído como dividendos aos acionistas.

A Sociedade também detém o Benefício do Reinvestimento vinculado a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM). O incentivo possibilita que parte do IRPJ (Imposto de Renda Pessoa Jurídica) apurado e recolhido no exercício seja aplicado, exclusivamente, na forma de aquisição de máquinas e equipamentos em seu benefício. Para atender às exigências da legislação que rege o reinvestimento, a Sociedade vem depositando no Banco da Amazônia S.A., os valores referentes ao incentivo e, no exercício financeiro posterior ao ano dos depósitos, encaminhará à SUDAM um projeto técnico econômico pleiteando a aquisição de máquinas e equipamentos. O valor do imposto recuperado está limitado a 30% do imposto de renda apurado sobre o lucro da exploração.

2.13 Benefícios a empregados

A Sociedade possui diversos planos de benefícios a empregados incluindo plano de pensão e aposentadoria, assistência médica, participação nos lucros, bônus e outros benefícios de aposentadoria e desligamento. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Sociedade tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

O plano de pensão e aposentadoria concedido aos empregados da Sociedade está descrito na Nota nº 27.

2.14 Demais ativos e passivos (circulante e não circulante)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômico-futuros serão gerados em favor da Sociedade e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Sociedade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos.

2.15 Transações com partes relacionadas

As transações de venda de minério de bauxita são regidas por contratos de longo prazo, que estabelecem condições de merca-

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto, quando indicado de outra forma)

do, que são equivalentes às transações com os acionistas, e tem prazo médio de pagamento de 30 dias.

Em 31 de dezembro de 2022, as vendas com partes relacionadas representaram 100,00% (100% em 31 de dezembro de 2021).

2.16 Reconhecimento de receitas

A receita de contratos com clientes é apresentada líquida dos impostos. Os impostos sobre as receitas de contratos com clientes são reconhecidos quando as vendas são faturadas.

As quantidades vendidas para cada uma das partes relacionadas, mencionada na Nota nº 20.a, são confirmadas anualmente e podem apresentar pequenas variações. Os preços praticados, em dólares, são calculados segundo fórmulas do preço base da bauxita, qualidade técnica da bauxita e outras especificidades estabelecidas em contrato com os clientes, e atualizados trimestralmente pela LME (*London Metal Exchange*). Contas a receber decorrente da venda de minério de bauxita têm prazo médio de vencimento de 30 dias.

Caso o cliente adquirente não realize a compra da quantidade mínima de bauxita definida em contrato, a Sociedade poderá oferecer a referida quantidade a terceiros pelo preço definido entre as partes, desde que não seja inferior a 90% do preço definido em contrato. Nesse caso, a Sociedade será reembolsada da diferença de preço incorrido na transação. Qualquer tonelage não retirada pelo cliente e que a Sociedade não se disponha a vender ou não possa vender, conforme previsto, não será produzida e o cliente deverá pagar à Sociedade, com relação a essa tonelage não retirada, preço igual à soma do preço base e o reajuste de preço vigente na ocasião e, caso haja qualquer redução de custo resultante da não produção da tonelage não retirada, a Sociedade fará ao cliente um reembolso no montante que for estabelecido pela Sociedade, a seu exclusivo critério, correspondente a tal redução de custo.

De acordo com o CPC 47 - Receita de contrato com cliente, estabelece um modelo de cinco etapas para contabilização das receitas decorrente de contratos com clientes. De acordo com o CPC 47, a receita é reconhecida por um valor que reflita a contrapartida que a Sociedade espera ter direito em troca da transferência de bens e serviços para um cliente. Os custos incorridos ou que serão incorridos em respeito a transação podem ser mensurados de maneira confiável, é provável que os benefícios econômicos serão recebidos pela Sociedade e os riscos e os benefícios dos produtos foram integralmente transferidos ao comprador.

São consideradas obrigações de performance as promessas de transferir ao cliente um bem (ou grupo de bens) que seja distinto. Considera-se também obrigação de performance uma série de bens distintos que sejam praticamente os mesmos e que tenham o mesmo padrão de transferência para o cliente.

A receita é reconhecida no momento em que as obrigações de performance contratuais são atendidas. Parte majoritária das vendas envolvem FOB (*Free-on-Board*), a obrigação de desempenho é atendida quando o produto é entregue ao transportador. Quando ocorre uma incerteza sobre a realização de valor já incluído na receita, o valor incobrável, ou o valor com respeito ao qual a recuperação tenha deixado de ser provável, é reconhecida provisória para ajuste de preço ou perda diretamente como despesa.

2.17 Distribuição de dividendos

É reconhecida como passivo quando os dividendos são aprovados pelos acionistas. O estatuto determina que do lucro líquido do exercício, após os ajustes legais, serão obrigatoriamente distribuídos dividendos de 6% ao ano sobre o lucro líquido do exercício, sobre o valor patrimonial das ações. O montante do resultado excedente ficará à disposição da assembleia geral para distribuir, mediante proposta do Conselho de Administração.

2.18 Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Sociedade e sua distribuição durante determinado período.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do valor adicionado, as quais estão sendo apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras como informações suplementares.

2.19 Instrumentos financeiros**a. Reconhecimento e mensuração inicial**

Contas a receber de clientes emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Sociedade se tornar parte das disposições contratuais de um instrumento financeiro.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro são inicialmente mensurados ao valor justo. Itens mensurados ao custo amortizado são acrescidos dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado ao custo amortizado.

b. Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro pode ser classificado como: ao custo amortizado; ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA) - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao Valor Justo por meio do Resultados (VJR).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Sociedade mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.
- Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:
- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

A Sociedade não possui instrumentos financeiros mensurados ao VJORA em 2022 ou 2021.

Ativos financeiros

A Sociedade realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira, porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 (Valores expressos em milhares de reais, exceto, quando indicado de outra forma)

Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;

- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Sociedade;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados, por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Sociedade.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Sociedade considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre, e se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Sociedade considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Sociedade a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente, o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros a VJR

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado

Estes ativos são mensurados subsequentemente ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivo. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é registrado no resultado.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR.

Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao VJR caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros classificados como VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

c. Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

Ativos financeiros

A Sociedade desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Sociedade transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais, sobre um ativo financeiro, em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos, ou na qual a Sociedade nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro, e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Sociedade realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos.

Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Sociedade desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada. A Sociedade também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

d. Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Sociedade tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

e. Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge

A Sociedade não operou com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto, quando indicado de outra forma)

2.20 Lucro líquido (prejuízo) do exercício por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas da Sociedade e a média ponderada das ações no respectivo período. A tabela apresentada na Nota nº 18 reconcilia o lucro líquido entre ações ordinárias e preferenciais.

3. Novas normas contábeis

As seguintes novas normas ou modificações a normas existentes são aplicáveis desde 1º de janeiro 2023, porém não tem um efeito material sobre estas demonstrações financeiras:

3.1 Normas vigentes para o período iniciado em, ou após 1º de janeiro de 2023

As seguintes novas normas ou modificações a normas existentes são aplicáveis após 1º de janeiro 2023, porém não tem um efeito material sobre estas demonstrações financeiras:

Data efetiva	Novas normas ou revisões de normas e Interpretações
	- Classificação do passivo em Circulante ou Não Circulante - Alterações ao CPC 26
	- CPC 50 - Contratos de Seguro
1º de janeiro de 2023	- Divulgação de Políticas contábeis - Alterações ao CPC 26
	- Definição de Estimativas Contábeis - Alterações ao CPC 25
	- Imposto Diferidos relativo a Ativos e Passivos decorrentes de uma única Transação - Alterações ao CPC 32

A Administração, com base nas avaliações realizadas para contabilização e embasamento fiscal e jurídico, entende que não haverá impactos na adoção das normas acima, uma vez que a Sociedade já realiza este tipo de avaliação em suas contabilizações e apurações fiscais.

3.2 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas foram efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2023.

A Sociedade não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

a. Classificação dos passivos como circulante ou não circulante (alterações ao CPC 26)

As alterações emitidas em 2020, visam esclarecer os requisitos para determinar se um passivo é circulante ou não circulante e se aplicam aos exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023.

No entanto, o IASB propôs posteriormente novas alterações ao IAS 1 e o adiamento da data de vigência das alterações de 2020 para períodos anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2024.

Devido esta norma estar sujeita à desenvolvimentos futuros, a Sociedade não pode determinar o impacto dessas alterações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas no período de aplicação inicial.

A Sociedade está monitorando de perto os desenvolvimentos futuros.

b. Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC 32)

As alterações limitam o escopo da isenção de reconhecimento inicial para excluir transações que dão origem a diferenças temporárias iguais e compensatórias - por exemplo, arrendamentos e passivos de custos de desmontagem. As alterações aplicam-se aos períodos anuais com início em ou após 1 de

janeiro de 2023.

Para arrendamentos e passivos de custos de desmontagem, os ativos e passivos fiscais diferidos associados precisarão ser reconhecidos desde o início do período comparativo mais antigo apresentado, com qualquer efeito cumulativo reconhecido como um ajuste no lucro acumulado ou outros componentes do patrimônio naquela data. Para todas as outras transações, as alterações se aplicam a transações que ocorrem após o início do período mais antigo apresentado.

A Administração, com base nas avaliações realizadas para contabilização e embasamento fiscal e jurídico, entende que não haverá impactos na adoção das normas acima, uma vez que a Sociedade já realiza este tipo de avaliação em suas contabilizações e apurações fiscais.

c. Outras Normas

Não se espera que as novas normas e alterações, tenham impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas da Sociedade:

- Contratos de Seguros (CPC 50);
- Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26); e
- Definição de Estimativas Contábeis (Alterações ao CPC 23)

A Administração, com base nas avaliações realizadas, não espera que tais alterações nos CPC's 23 e 26, tenham impacto significativo nas demonstrações financeiras. O CPC 50 não é aplicável a Sociedade.

4 Caixa e equivalentes de caixa

O saldo de caixa e equivalentes de caixa inclui caixa e bancos, além de aplicações resgatáveis a qualquer momento sem perda do rendimento auferido, realizadas em instituições financeiras de primeira linha, conforme segue:

	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e bancos	23.504	11.901
Aplicações financeiras (i)	3.084	15.259
Total	26.588	27.160

(i) Aplicações financeiras são compostas por certificados de depósito com instituições financeiras, aplicadas em CDB, com prazo médio de 3 dias para resgate, conforme descritas a seguir:

Aplicações financeiras	31/12/2022	31/12/2021
Banco do Brasil	2.300	-
Banco Bradesco	784	15.259
Total	3.084	15.259
Rendimentos financeiros CDB	31/12/2022	31/12/2021
Banco do Brasil	377	-
Banco Bradesco	717	125
Total	1.094	125

5 Contas a receber de clientes

O prazo de faturamento da Sociedade é de 30 dias, razão pela qual o valor dos títulos a receber corresponde ao seu valor justo na data da venda.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto, quando indicado de outra forma)

	31/12/2022	31/12/2021
Contas a receber de partes relacionadas - no Brasil (Nota nº 20.b)	231.240	197.080
Contas a receber de partes relacionadas - no exterior (Nota nº 20.b)	61.935	70.379
Total	293.175	267.459

Conforme exposto na tabela acima, em 2022 e 2021, o contas a receber de clientes são 100% com partes relacionadas.

A exposição da Sociedade a riscos de crédito relacionados a contas a receber de clientes e outras contas a receber está divulgada na Nota nº 26.

Nenhuma provisão para perdas de crédito esperadas foi constituída em 31 de dezembro de 2022 e 2021. Nesta análise a Sociedade realizou análises específicas de risco para os clientes individualmente.

6 Estoques

	31/12/2022	31/12/2021
Materiais de consumo	90.371	90.934
Estoque de bauxita	58.679	121.334
Material em trânsito (i)	5.383	7.948
Importações em andamento	2.926	1.748
Provisão para obsolescência (ii)	(18.309)	(18.584)
Total	139.050	203.380

(i) Material em trânsito

A variação do material em trânsito refere-se aos fretes de materiais e insumos, os quais estavam em trânsito quando do encerramento do exercício.

(ii) Provisão para obsolescência

Demonstramos a seguir a movimentação da provisão para obsolescência de materiais, as quais estão relacionados exclusivamente aos materiais de consumo:

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	(18.584)	(5.924)
(Adições)	(4.809)	(13.593)
Reversões	5.084	933
Saldo final	(18.309)	(18.584)

7 Depósitos judiciais

	31/12/2022	31/12/2021
Processo de redução de capital	207.209	199.454
Outros	827	795
Total	208.036	200.249

A movimentação do ano é composta, conforme segue:

	2022				
	2021	Adição	Baixas	Juros	Total
Redução de capital (i)	199.454	-	-	7.755	207.209
Outros	795	-	-	32	827
Total	200.249	-	-	7.787	208.036

	2021				
	2020	Adição	Baixas	Juros	Total
Redução de capital	196.904	-	-	2.550	199.454
Outros	990	47	(265)	23	795
Total	197.894	47	(265)	2.573	200.249

(i) Redução de capital

A Sociedade foi atuada no processo de redução de seu capital social realizada em 22 de julho de 1999. Em 16 de abril de 2003, a Sociedade recebeu a citação nº 021/2003 da Receita Federal do Brasil (RFB), exigindo o pagamento deste auto de infração. Objetivando suspender a exigibilidade dos valores da autuação, a Sociedade depositou judicialmente o montante de R\$ 316.011 em maio de 2003, para dar prosseguimento a esta causa na esfera judiciária.

Em 27 de maio de 2009, foi publicada a Lei nº 11.941/2009, instituindo benefícios para pagamento e parcelamento de débitos junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e à Secretaria da Receita Federal do Brasil, denominados "REFIS da Crise" ou "Novo REFIS".

Em 30 de novembro de 2009, a Sociedade optou por descontinuar a disputa na esfera judicial, aceitando o auto de infração emitido pela Receita Federal do Brasil no montante de R\$ 215.300, com o objetivo de aderir os benefícios trazidos pela Lei 11.941/2009. Como consequência protocolou junto à Receita Federal de Santarém (PA), a adesão ao programa, constituindo em sua contabilidade a provisão para liquidação do processo. Em 30 de dezembro de 2010, devido a novos entendimentos por parte da Receita Federal do valor devido, a Sociedade complementou a provisão em R\$ 74.139.

Após homologação do programa de refinanciamento, a Sociedade entrou com uma ação contestando valores considerados na homologação e o processo sobre o tema voltou a tramitar na justiça.

Em 18 de julho de 2011, o juiz da 22ª Vara Federal decidiu pela emissão de alvará de levantamento de depósito em favor da MRN no valor de R\$ 277.622 e disponibilizou em conversão de renda para União o valor de R\$ 221.903, os quais foram baixados das respectivas provisões no passivo. A Sociedade recebeu ainda em 25 de janeiro de 2012 o valor adicional de R\$ 7.453, referente à remuneração da parte incontroversa do processo redução de capital, e o montante adicional de R\$ 7.962 foi disponibilizado para União, impactando também os valores de provisão.

De 2012 até 31 de dezembro de 2022, não ocorreu evento de liquidação referente a esse depósito judicial, sendo que o montante vem sendo atualizado pela Selic anualmente. Em 31 de dezembro de 2022, o saldo atualizado desse depósito é de R\$ 207.209 (2021 R\$ 199.454).

A Sociedade reconhece uma provisão de contingência (Nota nº 14) para o mesmo valor registrado na conta de depósito judicial. A liberação deste valor depende do julgamento a ocorrer do agravo interposto pela Sociedade quanto à correta aplicação dos benefícios da Lei nº 11.941/2009.

8 Tributos a compensar

	31/12/2022	31/12/2021
COFINS (i)	115.777	105.176
ICMS a recuperar (ii)	25.158	37.590
PIS (i)	14.707	10.864
IRPJ(iii)	13.461	-
Outros tributos a compensar	16	91
Total	169.119	153.721
Circulante	38.135	47.691
Não circulante	130.984	106.030

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto, quando indicado de outra forma)

Os valores a compensar referem-se aos tributos pagos na aquisição dos bens ligados diretamente ao processo produtivo e que poderão ser utilizados para pagamentos de débitos tributários da mesma natureza ou administrado pela Receita Federal do Brasil, dentro do prazo previsto pela legislação.

(i) Adicionalmente, a Sociedade possui um total de R\$ 61.075 de indébitos tributários, vinculados aos processos judiciais transitados e julgado, sobre a exclusão do ICMS da Base de Cálculo do PIS e da COFINS (Proc. nº 0000758-98.2007.4.01.3902), e também ajuizou ação para afastar o ICMS da base de cálculo do PIS em 19/06/2019 (Proc. nº 1002931-58.2019.4.01.3902).

(ii) A Sociedade realizou o estudo de realização dos créditos acumulados de ICMS, e atestou a recuperabilidade total dos créditos. Estes créditos estão vinculados a aquisições do ativo imobilizado e seu aproveitamento ocorrerá conforme determinado na Legislação Estadual.

(iii) A Sociedade revisitou a apuração do IRPJ e CSLL de 2021 para a confecção da ECF (Escrituração Contábil Fiscal) onde analisou e retirou a adição sobre Bônus de Funcionários, considerando o aspecto fiscal dessas despesas dedutíveis para fins de apuração do IRPJ e CSLL. Ou seja, as despesas com obrigações devidas com funcionários foram tratadas como dedutíveis, gerando um saldo negativo a compensar com outros tributos federais no montante de R\$ 14.000.

A Sociedade formalizou o processo de habilitação do crédito da Cofins perante a Receita Federal do Brasil, conforme processo administrativo nº 19614.771329/2022-82, não havendo movimentação até o presente o momento, entretanto possui expectativa de obter a habilitação dentro do exercício de 2023.

Referente ao processo de habilitação do crédito do PIS, a Sociedade está trabalhando atualmente na formulação do processo administrativo para posterior protocolo junto à Receita Federal do Brasil.

A expectativa de realização dos tributos a compensar registrados no ativo não circulante em 2022 é:

	31/12/2022
2023	57.675
2024	37.119
2025	32.278
2026	3.912
Total	130.984

9 Despesas antecipadas

	31/12/2022	31/12/2021
Despesas com Autorização para Supressão Vegetal	56.023	39.744
Seguro de risco operacional e responsabilidade civil	21.768	16.427
Outras despesas antecipadas	4.591	4.592
Total circulante	82.382	60.763

	31/12/2022	31/12/2021
Despesas com Autorização para Supressão Vegetal	106.350	71.413
Outras despesas diferidas	3.626	1.709
Total não circulante	109.976	73.122

No ano de 2022 as despesas antecipadas de curto prazo encerraram o exercício com o saldo de R\$ 82.382 (R\$ 60.763 em 2021). Já no longo prazo o saldo encerrou o exercício com o saldo de R\$ 109.976 (R\$ 73.122 em 2021). O aumento do curto e longo prazo em despesas antecipadas tem como principal impacto o pagamento da supressão vegetal para o Platô Monte Branco, complementado pela rubrica de Seguros, também com o aumento no prêmio para renovação do seguro de riscos operacionais.

10 Imobilizado, intangível e direito de uso

	Taxa Deprec. / exhaust. / amortiz.	Saldo em 31/12/2021			Saldo em 31/12/2022		
		Custo	Deprec. / exhaust. / amortiz. acumulada	Líquido	Custo	Deprec. / exhaust. / amortiz. acumulada	Líquido
Terrenos	-	39	-	39	39	-	39
Instalações industriais e gerais	3% a 10%	1.253.309	(422.479)	830.830	1.333.298	(486.832)	846.466
Prédios e instalações	3% a 4%	1.173.167	(700.037)	473.130	1.228.317	(730.367)	497.950
Máquinas e equipamentos	8% a 15%	942.408	(630.313)	312.095	998.507	(697.476)	301.031
Ferrovia	2% a 3%	32.685	(29.868)	2.817	37.174	(30.694)	6.480
Desmobilização de ativos	3% a 15%	447.091	(10.912)	436.179	188.439	991	189.430
Jazidas	11% a 13%	116.346	(101.603)	14.743	121.446	(104.710)	16.736
Móveis e utensílios	10% a 20%	32.984	(17.255)	15.729	36.240	(19.480)	16.760
Veículos	20% a 30%	434.159	(308.452)	125.707	427.038	(339.230)	87.808
Equipamentos de informática	10% a 20%	26.893	(15.241)	11.652	29.354	(19.112)	10.242
Imobilizado em andamento (i)	-	337.383	-	337.383	627.280	-	627.280
Total imobilizado		4.796.464	(2.236.160)	2.560.304	5.027.132	(2.426.910)	2.600.222
Alto Trombetas (ii)	11% a 13%	21.692	(19.487)	2.205	21.661	(21.661)	-
Software	10% a 20%	34.252	(29.820)	4.432	37.598	(31.776)	5.822
Total Intangível		55.944	(49.307)	6.637	59.259	(53.437)	5.822
Direito de uso - Máquinas e equipamentos	8% a 15%	11.940	(11.940)	-	11.940	(11.940)	-
Total		4.864.348	(2.297.407)	2.566.941	5.098.331	(2.492.287)	2.606.044

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto, quando indicado de outra forma)

a. Movimentação do custo

Custo	Saldo em 31/12 /2020	Adições	Baixas	Transfer. Imob.	Reclass Ativo Venda	Saldo em 31/12 /2021	Adições	Baixas	Transfer. Imob.	Reclass Ativo Venda	Saldo em 31/12 /2022
Terrenos	39	-	-	-	-	39	-	-	-	-	39
Instalações industriais e gerais	915.308	-	(1.027)	339.028	-	1.253.309	-	(9.192)	89.181	-	1.333.298
Prédios e instalações	1.148.860	-	-	24.307	-	1.173.167	-	(57)	55.207	-	1.228.317
Máquinas e equipamentos	837.303	-	(9.260)	114.613	(248)	942.408	-	(6.181)	62.400	(120)	998.507
Ferrovia	32.685	-	-	-	-	32.685	-	-	4.489	-	37.174
Desmobilização de ativos (nota 15)	1.011.100	-	(564.008)	-	-	447.092	-	(258.653)	-	-	188.439
Jazidas	116.180	-	-	166	-	116.346	-	-	5.100	-	121.446
Móveis e utensílios	30.448	-	(712)	3.248	-	32.984	-	(51)	3.307	-	36.240
Veículos	433.746	-	(1.214)	38.583	(36.956)	434.159	-	(159)	22.665	(29.627)	427.038
Equipamentos de informática	23.340	-	(328)	3.881	-	26.893	-	(4)	2.465	-	29.354
Imobilizado em andamento (i)	474.701	388.602	-	(525.919)	-	337.384	538.058	-	(248.162)	-	627.280
Total imobilizado	5.023.710	388.602	(576.549)	(2.093)	(37.204)	4.796.466	538.058	(274.297)	(3.348)	(29.747)	5.027.132
Alto Trombetas (ii)	21.692	-	-	-	-	21.692	(31)	-	-	-	21.661
Software	32.157	-	-	2.093	-	34.250	-	-	3.348	-	37.598
Total Intangível	53.849	-	-	2.093	-	55.942	(31)	-	3.348	-	59.259
Direito de uso - Máquinas e equipamentos	11.940	-	-	-	-	11.940	-	-	-	-	11.940
Total	5.089.499	388.602	(576.549)	-	(37.204)	4.864.348	538.027	(274.297)	-	(29.747)	5.098.331

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto, quando indicado de outra forma)

b. Movimentação das depreciações, amortizações e exaustão

Depreciação/ exaustão/ amortização acumuladas	Saldo em 31/12 /2020	Adições	Baixas	Transfer. Imob.	Reclass Ativo Venda	Saldo em 31/12 /2021	Adições	Baixas	Transfer. Imob.	Reclass Ativo Venda	Saldo em 31/12/2022
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Instalações industriais e gerais	(341.264)	(81.215)	-	-	-	(422.479)	(64.530)	177	-	-	(486.832)
Prédios e instalações	(651.317)	(48.720)	-	-	-	(700.037)	(30.347)	17	-	-	(730.367)
Máquinas e equipamentos	(576.980)	(60.759)	8.979	(1.800)	247	(630.313)	(72.927)	5.645	-	119	(697.476)
Ferrovia	(29.453)	(415)	-	-	-	(29.868)	(826)	-	-	-	(30.694)
Desmobilização de ativos (nota 15)	(70.341)	(81.854)	141.283	-	-	(10.912)	(28.772)	40.675	-	-	991
Jazidas	(96.949)	(4.654)	-	-	-	(101.603)	(3.107)	-	-	-	(104.710)
Móveis e utensílios	(15.908)	(2.054)	707	-	-	(17.255)	(2.275)	50	-	-	(19.480)
Veículos	(293.579)	(52.738)	1.197	1.800	34.868	(308.452)	(60.338)	159	-	29.401	(339.230)
Equipamentos de informática	(12.151)	(3.414)	324	-	-	(15.241)	(3.876)	5	-	-	(19.112)
Imobilizado em andamento (i)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total imobilizado	(2.087.942)	(335.823)	152.490	-	35.115	(2.236.160)	(266.998)	46.728	-	29.520	(2.426.910)
Alto Trombetas (ii)	(14.845)	(4.642)	-	-	-	(19.487)	(2.174)	-	-	-	(21.661)
Software	(28.224)	(1.596)	-	-	-	(29.820)	(1.956)	-	-	-	(31.776)
Total Intangível	(43.069)	(6.238)	-	-	-	(49.307)	(4.130)	-	-	-	(53.437)
Direito de uso - Máquinas e equipamentos	(11.462)	(478)	-	-	-	(11.940)	-	-	-	-	(11.940)
Total	(2.142.473)	(342.539)	152.490	-	35.115	(2.297.407)	(271.128)	46.728	-	29.520	(2.492.287)

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto, quando indicado de outra forma)

O montante das transferências, foram reclassificados para o grupo de outros ativos circulantes, como bens disponíveis para venda, conforme quadro abaixo:

Reclassificação de Ativos para Venda	Total
Valor de custo de aquisição dos ativos transferidos para bens disponíveis para venda	29.747
Valor de depreciação acumulada dos ativos transferidos para bens disponível para venda	(29.520)
Transferência do Ativo Imobilizado para Bens Disponíveis para Venda no valor líquido	227

(i) O ativo imobilizado em andamento está assim representado, classificado por natureza, conforme tabela a seguir:

2022	R\$	2021	R\$
Sistema de rejeito (a)	454.538	Sistema de rejeito	182.370
Reposição de equipamentos	51.188	Reposição de equipamentos	11.600
Garantia operacional	49.752	Garantia operacional	55.427
Infraestrutura	35.849	Infraestrutura	14.499
Saúde e segurança	21.145	Saúde e segurança	46.286
Tecnologia da informação	5.962	Tecnologia da informação	4.396
Meio ambiente	4.425	Meio ambiente	12.749
Novas minas	3.167	Novas minas	3.000
Automação industrial	68	Automação industrial	2.407
Equipamentos de mineração	-	Equipamentos de mineração	3.710
Outros	1.186	Outros	940
Total geral	627.280	Total geral	337.384

(a) A natureza Sistemas de Rejeito teve o aumento no ano de 2022 conforme o plano de investimento em sistemas de Rejeito e continuidade da operação, com destaque para o projeto 3042 SP-25, o qual encerrou o ano de 2022 com o saldo de R\$ 303.845 (R\$ 96.690 em 2021).

(ii) A Sociedade firmou acordo com associação denominada Alto Trombetas II, comprometendo-se com o custeio de ações, programas, projetos e medidas de natureza preventiva, mitigadora e compensatória no contexto da comunidade. Estes valores estão sendo amortizados, conforme as etapas realizadas do plano descrito no acordo firmado.

O saldo de imobilizações em andamento refere-se às obras e equipamentos, relativos às operações da Sociedade, em fase final de construção ou montagem.

Novos estudos já estão sendo realizados objetivando a continuidade das operações da Sociedade após a exaustão das minas localizadas na Zona Leste. Neste primeiro momento todos os gastos incorridos são classificados como despesas no grupo de outras despesas operacionais, até que estes cenários confirmem viabilidade econômica e financeira, quando então se iniciará as contabilizações no ativo. Em 31 de dezembro de 2022, os gastos com estudo de viabilidade técnica totalizaram R\$ 21.484 (R\$ 22.382 em 2021), foram contabilizadas em resultado.

A Sociedade avaliou eventuais indicativos de desvalorização de seus

ativos que pudessem gerar a necessidade de testes sobre o valor de recuperação. Tal avaliação foi baseada em fontes externas e internas de informação, levando-se em consideração variações em taxas de juros, mudanças em condições de mercado, entre outros.

O resultado de tal avaliação para os períodos apresentados não apontou indicativos de desvalorização dos ativos, não havendo, portanto, perdas por desvalorização a serem reconhecidas.

Considerando o que predispõe o CPC 27 - Ativo Imobilizado, onde as vidas úteis dos ativos podem sofrer alteração, a Sociedade analisou a necessidade de alterar as vidas úteis das classes de ativos, mediante o cenário atual de utilização destes equipamentos. As modificações de vida útil ocorreram de forma prospectiva e não apresentaram mudanças significativas para a leitura das demonstrações financeiras que impactassem a comparabilidade dos valores.

A Sociedade possui bens dados em garantias conforme informado na Nota nº 12.

Os compromissos contratuais advindos de aquisições de ativo imobilizados em 31 de dezembro de 2022 estão representados conforme tabela abaixo:

Objeto contratual	Total
Montagem eletromecânica de tubulação das linhas de água recuperada, rejeito e anel de espigotamento do Projeto REJ03, além do REJ43 - Bombeamento de Rejeito para o Saracá Oeste	54.642
Fornecimento de planta de geração de energia elétrica em caráter de locação para atendimento ao projeto bombeamento de rejeito espessado	22.988
Fornecimento de serviço de telecomunicações via torres de transmissão para possibilitar a operação do sistema anti-fadiga localizado nas Minas Saracá, Aviso, Teófilo, Bela Cruz e Aramã	13.323
Total	90.953

Os contratos poderão ser rescindidos pela MRN, sem ônus, mediante comunicação com antecedência mínima de 30 dias.

11 Fornecedores

	31/12/2022	31/12/2021
Fornecedores a pagar	124.684	99.048
Fornecedores - Provisão ativo imobilizado	117.653	51.384
Fornecedores - Provisão operacional	93.410	56.329
Outras contas a pagar	2.748	2.067
Total	338.495	208.828

O saldo de fornecedores refere-se substancialmente a aquisição de serviços e materiais destinados a operação e manutenção da operação.

12 Empréstimos e financiamentos

	31/12/2022	31/12/2021
Moeda estrangeira	1.210.128	1.193.643
Total	1.210.128	1.193.643
Circulante	204.405	455.539
Não circulante	1.005.723	738.104

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto, quando indicado de outra forma)

Os valores em moeda estrangeira correspondem aos dólares captados majoritariamente para aquisição de máquinas e equi-

pamentos e os adiantamentos sobre contratos de câmbio para exportações futuras.

Os referidos financiamentos em moeda estrangeira estão resumidos, conforme segue:

Instituição	Amortização						Encargos
	31/12/2021	31/12/2022	2023	2024	2025	>2026	
ACC	255.272	36.639	36.639	-	-	-	Juros Pré-fixados
Mizuho	105.528	-	-	-	-	-	Libor+2,90%
PPE Bradesco	150.043	307.622	39.468	77.742	77.742	112.670	Juros Pré-fixados
Caterpillar Pre-Exporting	58.330	-	-	-	-	-	Libor+3,48%
PPE Santander	175.302	132.565	67.634	64.931	-	-	SOFR+3%
Empréstimo Lei 4.131 (Santander)	345.261	482.243	46.177	170.310	159.488	106.268	Juros Pré-fixados
Empréstimo Lei 4.131 (Bradesco)	103.907	245.866	13.678	80.875	70.439	80.874	Juros Pré-fixados
Banco Caterpillar-CCE	-	5.193	808	923	923	2.539	Juros Pré-fixados
	1.193.643	1.210.128	204.404	394.781	308.592	302.351	

Instituição	Amortização						Encargos
	31/12/2020	31/12/2021	2022	2023	2024	>2025	
ACC	290.343	255.272	255.272	-	-	-	Libor/Margin
Mizuho	195.067	105.528	105.528	-	-	-	Libor+2,90%
PPE Bradesco	136.732	150.043	-	150.043	-	-	4,20%
Caterpillar Pre-Exporting	108.642	58.330	58.330	-	-	-	Libor+3,48%
PPE Santander	203.970	175.302	36.409	69.447	69.446	-	Libor+3,00%
Empréstimo Lei 4.131 (Santander)	-	345.261	-	345.261	-	-	Juros Pré-fixados
Empréstimo Lei 4.131 (Bradesco)	-	103.907	-	103.907	-	-	Juros Pré-fixados
	934.754	1.193.643	455.539	668.658	69.446	-	

ACC

Em dezembro de 2022, a Sociedade contratou uma operação de ACC (Adiantamento sobre Contrato de Câmbio) no valor de US\$ 4.000, junto ao Banco do Brasil S.A. e US\$ 3.000, junto ao Banco Mizuho do Brasil S.A, para suportar a necessidade de capital de giro de curto e médio prazo. O contrato não possui cláusulas restritivas de atingimento de indicadores financeiros (*covenants*).

Mizuho

Em 31 de outubro de 2017, a Sociedade contratou o empréstimo junto ao Banco Mizuho do Brasil S/A a quantia de US\$ 70.000, para suportar a necessidade de capital de giro de curto e médio prazo. O contrato não possui cláusulas restritivas de atingimento de indicadores financeiros (*covenants*). A garantia do contrato são máquinas e equipamentos referente a 50% da dívida.

Bradesco

A Sociedade contratou financiamento junto ao Banco Bradesco. Em 2017 no valor de US\$ 70.000 e em 2022 contratou mais US\$ 37.048, para suportar a necessidade de capital de giro de curto e médio prazo. O contrato não possui cláusulas restritivas de atingimento de indicadores financeiros (*covenants*), nem garantias exigidas.

Caterpillar Pre-Exporting

Em 21 de dezembro de 2017, a Sociedade contratou o empréstimo junto ao Caterpillar Financial Services Corporation, no valor de US\$ 36,500, para financiar a aquisição de equipamentos. O contrato não possui cláusulas restritivas de atingimento de indicadores financeiros (*covenants*).

A garantia do contrato é alienação fiduciária referente 2/3 da dívida.

PPE Santander

Em 28 de março de 2018, a Sociedade contratou o financiamento junto ao Santander, no valor de US\$ 70.000, para suportar a necessidade de capital de giro de curto e médio prazo.

O contrato não possui cláusulas restritivas de atingimento de indicadores financeiros (*covenants*), nem garantias exigidas.

Banco Caterpillar-CCE

Em setembro de 2022, a Sociedade contratou uma operação de CCE (Cédula de Crédito à Exportação) junto ao Banco Caterpillar S.A., no valor de US\$ 973, para suportar a necessidade de capital de giro de curto e médio prazo. O contrato não possui cláusulas restritivas de atingimento de indicadores financeiros (*covenants*). A garantia do contrato são máquinas e equipamentos em alienação fiduciária.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto, quando indicado de outra forma)

Empréstimo 4.131 (Santander)

A Sociedade contratou empréstimos com base no Decreto-Lei nº 4.131 junto ao Banco Santander. Em 2021 contratou o valor de US\$ 61.100 e em 2022 US\$ 29.100, para suportar a necessidade de capital de giro de curto e médio prazo. O contrato não possui cláusulas restritivas de atingimento de indicadores financeiros (*covenants*), nem garantias exigidas.

Empréstimo 4.131 (Bradesco)

A Sociedade contratou empréstimos com base no Decreto-Lei nº 4.131 junto ao Banco Bradesco. Em 2021 contratou o valor

de US\$ 18.500 e em 2022 US\$ 28.000, para suportar a necessidade de capital de giro de curto e médio prazo. O contrato não possui cláusulas restritivas de atingimento de indicadores financeiros (*covenants*), nem garantias exigidas.

A contratação de empréstimos através do Decreto-Lei 4.131, permite que a Sociedade obtenha taxas competitivas em relação as operações locais e compatíveis com as praticadas no mercado internacional. Nesta modalidade é possível também que a Sociedade acesse recursos de curto e longo prazo, maior flexibilidade nas condições de pagamento, sem incidência de IOF e não compromete os fluxos das operações de exportação.

A movimentação do ano é composta, conforme segue:

2022							
Empréstimos e financiamentos	2021	Captações	Pagamento principal	Provisão juros	Pagamento juros	Variação cambial	Total
Moeda estrangeira							
ACC	255.272	166.766	(368.469)	2.290	(4.910)	(14.310)	36.639
Mizuho	105.528	-	(97.527)	1.445	(2.197)	(7.249)	-
PPE Bradesco	150.043	187.275	(32.663)	14.515	(7.978)	(3.570)	307.622
Caterpillar Pré-Exporting	58.330	-	(54.177)	1.291	(1.477)	(3.967)	-
PPE Santander	175.302	-	(32.177)	7.431	(6.392)	(11.599)	132.565
Empréstimo Lei 4.131 (Santander)	345.261	456.181	(309.502)	21.796	(14.094)	(17.399)	482.243
Empréstimo Lei 4.131 (Bradesco)	103.907	259.338	(117.945)	7.646	(5.616)	(1.464)	245.866
Banco Caterpillar-CCE	-	5.037	-	118	-	38	5.193
Total	1.193.643	1.074.597	(1.012.460)	56.532	(42.664)	(59.520)	1.210.128

2021							
Empréstimos e financiamentos	2020	Captações	Pagamento principal	Provisão juros	Pagamento juros	Variação cambial	Total
Moeda estrangeira							
ACC	290.343	395.821	(452.879)	9.182	(6.823)	19.628	255.272
Mizuho	195.067	-	(101.031)	5.369	(5.129)	11.252	105.528
PPE Bradesco	136.732	-	-	5.742	(2.609)	10.178	150.043
Caterpillar Pré-Exporting	108.642	-	(56.622)	3.204	(3.419)	6.525	58.330
PPE Santander	203.970	-	(42.414)	5.855	(6.095)	13.986	175.302
Empréstimo Lei 4.131 (Santander)	-	328.094	-	4.199	-	12.968	345.261
Empréstimo Lei 4.131 (Bradesco)	-	102.962	-	670	-	275	103.907
Total	934.754	826.877	(652.946)	34.221	(24.075)	74.812	1.193.643

13 Impostos a recolher

	31/12/2022	31/12/2021
PIS/COFINS a recolher	13.178	11.535
CFEM - Compensação Financeira pela Exploração Mineral a recolher	9.112	13.114
ICMS normal e diferencial de alíquota a recolher	8.387	742
Taxa de Fiscalização de Recursos Minerais (TFRM) a recolher	2.566	2.726
Outros impostos a recolher (retidos) (i)	8.221	7.376
Total	41.464	35.493

14 Provisão para contingências

	31/12/2022	31/12/2021
Redução de capital	207.209	199.453
CFEM	78.598	72.607
Trabalhistas	1.876	1.181
Honorários advocatícios	3.025	2.950
Ambiental	9.459	8.043
Outras provisões para contingências	18	1.535
Total	300.185	285.769

(i) Refere-se a impostos retidos como PIS, COFINS, CSLL e ISS.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto, quando indicado de outra forma)

Resumo	2022						Total
	2021	Adições	Reversão	Utilizações	Atualizações	Subtotal Moviment.	
Cíveis	2.950	20	-	(3)	76	93	3.043
Fiscal	273.595	-	(5.527)	(876)	18.615	12.212	285.807
Trabalhistas	1.181	2.312	(45)	(1.658)	86	695	1.876
Ambiental	8.043	5.883	-	(3.959)	(508)	1.416	9.459
Total	285.769	8.215	(5.572)	(6.496)	18.269	14.416	300.185

Resumo	2021						Total
	2020	Adições	Reversão	Utilizações	Atualizações	Subtotal Moviment.	
Cíveis	2.921	-	-	-	29	29	2.950
Fiscal	269.903	-	(610)	-	4.302	3.692	273.595
Trabalhistas	3.906	1.406	(5.410)	(927)	(794)	(2.725)	1.181
Ambiental	11.901	344	(1.811)	(972)	(1.419)	(3.858)	8.043
Total	288.631	1.750	(4.831)	(1.899)	2.118	14.416	285.769

A Sociedade é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, oriundos do curso normal de suas operações, envolvendo principalmente questões tributárias, ambientais, trabalhistas e cíveis.

A Administração, com base nas informações e avaliações de seus assessores legais, internos e externos, constituiu provisão para contingências em montante considerado suficiente para cobrir as perdas consideradas prováveis.

Provisões para contingências constituídas pela Sociedade

Fiscais

A Sociedade mantém em disputa judicial a parte controversa do cálculo da aplicação do parcelamento fiscal (Refis Lei nº 11.941/2009) sobre seu processo de redução de capital, estando estes valores provisionados. Detalhes sobre esse processo podem ser vistos na Nota nº 7.

Existe também uma discussão judicial sobre o cálculo da Compensação Financeira pela Exploração Mineral (CFEM). Nessa discussão, o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), questiona os valores recolhidos pela sociedade sob a alegação de que deduziu gastos indevidos na sua base de cálculo.

Em 2022 foi realizada uma revisão nos cálculos dos processos CFEM Transportes/Areia através do departamento jurídico da Sociedade. O trabalho consistiu em uma revisão detalhada dos processos ano a ano, levando em consideração tanto o principal quanto o cálculo de multa, juros e atualização monetária.

Adicionalmente a Sociedade teve atualização monetária dos processos do ano de 2022.

Atualizações

	Valor
Provisão Proc. Redução Capital: atualização monetária	7.756
CFEM Areia/Transportes: revisão de processos	7.748
CFEM Areia/Transportes: atualização monetária	3.288
Outros	(177)

18.615

Reversões

	Valor
CFEM Areia/Transportes: revisão de processos	(4.170)
Outros	(1.357)

(5.527)

Trabalhistas

Existem atualmente 9 processos trabalhistas, cujas chances de perda são classificadas como prováveis, e seus impactos estão provisionados no montante de R\$ 1.876 (5 processos e R\$ 1.181 em 2021).

Ambiental

A Sociedade classificou, com base em parecer de assessores jurídicos, alguns processos ambientais como perda provável, constituiu provisão para contingência, e realizou a reversão da provisão quando houve mudança de prognóstico enviado pelos assessores jurídicos, ficando em 31 de dezembro de 2022 com saldo de R\$ 9.459 (R\$ 8.043 em 2021).

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto, quando indicado de outra forma)

Contingências possíveis

As contingências, em 31 de dezembro de 2022 e 2021, classificadas como perda possível, não registradas nas demonstrações financeiras, estão apresentadas como segue:

	2022	2021
Civil	1.419	18
Trabalhista	111	816
Tributária (i)	149.288	61.769
Ambiental (ii)	42.792	54.044
Total	193.610	116.647

(i) Tributária

Autuação da Secretaria de Estado da Fazenda do Pará (SEFA) sob alegação da existência de bens adquiridos e que ensejaram créditos de ICMS passíveis de glosa, e consequente falta de recolhimento de diferencial de alíquotas (DIFAL) de ICMS. O entendimento da Sociedade é de que os bens em questão merecem a classificação como produtos intermediários ou bens destinados ao ativo imobilizado, e que, portanto, a fiscalização parte de uma interpretação da legislação equivocada. Assim, como inexistente jurisprudência consolidada sobre a matéria e como a matéria depende substancialmente do resultado da prova pericial, a Sociedade em conjunto com os seus assessores jurídicos julga que o prognóstico é o de perda possível, totalizando montante de R\$ 127.799 (R\$ 45.414 em 2021).

Autuação da Agência Nacional de Mineração (ANM) quanto a dedutibilidade dos tributos incidentes nas notas fiscais da base de cálculo da CFEM. A Agência Nacional de Mineração interpreta que apenas os tributos efetivamente recolhidos aos cofres públicos devem ser excluídos da base de cálculo da CFEM, totalizando o montante de R\$ 17.792 (R\$ 13.052 em 2021).

(ii) Ambiental

Autuação do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA referente a destinação incorreta de resíduos sólidos ou industriais, sendo que a Sociedade e os especialistas jurídicos entendem que foi realizada de forma correta, conforme determina a legislação. Esta autuação corresponde ao montante de R\$ 19.334 (R\$ 17.800 em 2021).

Para as duas autuações do IBAMA por supostas infrações à legislação ambiental na atividade de exploração da Bauxita no Platô Aramã, a Sociedade encerrou o ano de 2022 com apenas um processo possível no montante de R\$ 5.724 (R\$ 10.330 em 2021). A redução é proveniente de revisão de cálculo pelo órgão. O segundo processo teve mudança de prognóstico de possível para provável a qual figurava o montante de R\$ 5.464 em 2021.

Ação Civil Pública para reparação de dano ambiental e condenação por danos morais, devido ao suposto armazenamento inadequado de rejeitos lavrado em 2021. A matéria depende da realização de prova pericial e corresponde ao montante de R\$ 10.253 em 2022 (R\$ 9.132 em 2021).

15 Provisão para desmobilização de ativos

As obrigações da Sociedade com provisão para desmobilização de ativos estão relacionadas com a obrigação de restaurar a floresta durante o processo de exploração do minério de bauxita, bem como de remover as instalações para as quais não se prevê uso, quando do término das operações. O trabalho de revisão dos gastos futuros com estas obrigações é realizado anualmente.

Assim como no ano anterior, em 2022 a Sociedade utilizou a NTN-B₅₅ mais o IPCA₂₀₂₆ como taxa para cálculo de desconto a valor presente considerando que reflète a melhor estimativa para ajustar o fluxo de caixa considerados no fechamento de mina.

Como resultado dos trabalhos de revisão das premissas, a Sociedade apurou uma baixa no imobilizado ajustado à valor presente no montante de R\$ 217.978.

O montante da provisão está classificado no passivo circulante e não circulante com base na estimativa de realização dos desembolsos para liquidação desta obrigação. A provisão para desmobilização de ativos apresentou a seguinte evolução:

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	1.020.783	1.402.969
Movimentações		
Revisão do plano (Nota 10 quadro "a" menos "b" - Desmobilização de ativos) (i)	(217.978)	(422.725)
Atualização monetária	87.073	103.113
Pagamentos	(52.990)	(62.574)
Saldo final	836.888	1.020.783
Circulante	90.995	94.822
Não circulante	745.893	925.961

(i) A Revisão do Plano na provisão para Remediação de Ativos, é impactada pela alteração da taxa de desconto NTN-B mais IPCA e alteração do cronograma de desembolso. No ano de 2022 a Revisão do Plano apurou uma baixa no montante de R\$ 217.978, devido a alteração da taxa de 8,53% em 2021 para 9,30% em 2022, e readequação do cronograma para início do Fechamento de Mina.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto, quando indicado de outra forma)

16 Imposto de renda e contribuição social

a. Reconciliação do imposto de renda e contribuição social - Demonstração do resultado

O total demonstrado como tributos sobre o lucro na demonstração do resultado está reconciliado com as alíquotas estabelecidas pela legislação, como segue:

	2022	2021
Lucro/Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	173.042	(18.300)
(%)	34%	34%
Despesa de imposto de renda e da contribuição social	58.834	(6.222)
Itens de reconciliação dos impostos		
Despesa anos anteriores	(38.753)	-
Redução de imposto de renda	(35.470)	-
Doações/ PAT	(3.380)	3.426
Juros IR/CS	(1.931)	-
Ajuste taxa diferido	15.826	-
Outras adições/ exclusões e permanentes	(5.581)	(2.345)
Despesa registrada na demonstração do resultado	(10.455)	11.993
Corrente	(41.768)	(29.339)
Diferido	31.313	41.332

A Sociedade reavaliou a taxa de constituição dos seus ativos tributários diferidos, anteriormente considerada 15,25% (Alíquota incentivada pelo benefício do Lucro da Exploração) aplicando a alíquota do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica - IRPJ (25%) e Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido - CSLL (9%), conforme a expectativa futura de realização destes ativos tributários, gerando um impacto na despesa de IRPJ de anos anteriores, relativos à este tema, no montante de R\$ 22.124.

Ademais, a Sociedade reavaliou a apuração do IRPJ e CSLL do ano de 2021, verificando as adições temporárias sobre Bônus e PLR e Obsolescência, gerando um impacto positivo na apuração, acrescendo no resultado de anos anteriores o valor de R\$

16.629, totalizando o montante de R\$ 38.753.

Sobre o valor de R\$ 16.629, a sociedade registrou o ativo tributário de saldo negativo, gerando uma receita de juros de IRPJ e CSLL de R\$ 1.931. Este ativo vem sendo realizado mensalmente compensando débitos federais.

b. Reconciliação do imposto de renda e contribuição social - Diferidos

Os valores apresentados no balanço patrimonial são demonstrados a seguir:

	31/12/2022	31/12/2021
Provisões cíveis	3.216	1.461
Provisões trabalhista	1.666	711
Provisões tributárias	111.786	43.552
Provisões operacionais (i)	186.981	186.362
Adições temporárias – Imposto diferido ativo	303.649	232.086
Atualização monetária dos depósitos judiciais trabalhistas	(192)	(33)
Atualização monetária dos depósitos judiciais tributários	(70.514)	(30.423)
Exclusões temporárias – Imposto diferido passivo	(70.706)	(30.456)
Imposto de renda e contribuição social, líquidos	232.943	201.630

(i) As provisões operacionais acima destacadas, possuem as seguintes naturezas:

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto, quando indicado de outra forma)

	31/12/2022	31/12/2021
Provisão – Fechamento de mina	155.892	168.736
Provisão – Participação de resultado e bônus	-	7.759
Provisão – Contas a pagar custo	24.948	7.956
Provisão – Outros	6.142	1.911
Adições temporárias – Imposto diferido ativo	186.981	186.362

A movimentação do ano é composta, conforme segue:

	2022		
	2021	Movimento	Total
Provisões cíveis	1.461	1.755	3.216
Provisões trabalhistas	711	955	1.666
Provisões tributárias	43.552	68.234	111.786
Provisões operacionais	186.362	619	186.981
Total impostos diferidos ativos	232.086	71.563	303.649
Atualizações monetárias - depósitos judiciais	(33)	(159)	(192)
Atualizações monetárias - depósitos tributários	(30.423)	(40.091)	(70.514)
Total impostos diferidos passivos	(30.456)	(40.250)	(70.706)
Total impostos diferidos líquido	201.630	31.313	232.943

	2021		
	2020	Movimento	Total
Provisões cíveis	445	1.016	1.461
Provisões trabalhistas	601	110	711
Provisões tributárias	38.523	5.029	43.552
Provisões operacionais	150.796	35.566	186.362
Total Impostos diferidos ativos	190.365	41.721	232.086
Atualizações monetárias - depósitos judiciais	(33)	-	(33)
Atualizações monetárias - depósitos tributários	(30.034)	(389)	(30.423)
Total Impostos diferidos passivos	(30.067)	(389)	(30.456)
Total Impostos diferidos líquido	160.298	41.332	201.630

Realização do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos

Os valores de Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) diferidos ativos, registrados nas demonstrações financeiras são provenientes de diferenças temporárias a serem recolhidas quando finalizadas as ações em curso e aos valores referentes às provisões para contingências adicionadas no cálculo do imposto.

Quando é mais provável que todos os impostos diferidos ativos serão realizados, nenhuma provisão para realização é reconhecida. A possibilidade de aproveitamento de prejuízos fiscais não expira, mas a utilização desses prejuízos acumulados em exercícios anteriores está limitada a 30% do lucro tributável anual.

Para avaliar a realização dos ativos fiscais diferidos, as projeções de lucro tributável do plano de negócios da Sociedade, que indicam tendências e perspectivas, efeitos de demanda, concor-

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto, quando indicado de outra forma)

rência e outros fatores econômicos que representam a melhor estimativa da administração sobre as condições econômicas existentes no período de realização do ativo fiscal diferido foram levadas em consideração.

- Entretanto, a Sociedade constituiu *impairment* proporcional, referente à parcela do ativo tributário diferido sobre os gastos futuros sobre a desmobilização dos ativos pós vida útil operacional das suas reservas, por não existir a perspectiva de realização de tal parcela.

Incentivos fiscais

A Sociedade vem usufruindo de Redução do Imposto de Renda (IRPJ) sobre a parcela dos lucros provenientes das operações de exploração, com base em limites variáveis de produção.

No exercício de 2014, o benefício foi renovado pelo período de 10 anos (2014 a 2023), na modalidade da "Modernização total", com direito a redução de 75% do imposto de renda.

17 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2022, o capital autorizado da Sociedade e de R\$ 503.963 (R\$ 503.963 em 2021). O capital subscrito e integralizado, no valor de R\$ 490.163 (R\$ 490.163 em 2021), está representado por 200 bilhões de ações ordinárias e 400 bilhões de ações preferenciais (200 bilhões de ações ordinárias e 400 bilhões de ações preferenciais em 2021, respectivamente), sem valor nominal, assim distribuídas:

	2022				2021			
	Ações ordinárias (*)	%	Ações Preferenciais (*)	%	Ações ordinárias (*)	%	Ações Preferenciais (*)	%
Vale S.A.	80.000	40,0000	160.000	40,0000	80.000	40,0000	160.000	40,0000
Rio Tinto do Brasil Ltda.	25.000	12,5000	47.000	11,7500	25.000	12,5000	47.000	11,7500
South32 Minerals S.A.	60.000	30,0000	138.000	34,5000	25.000	12,5000	63.800	15,9500
Companhia Brasileira de Alumínio	25.000	12,5000	35.000	8,7500	25.000	12,5000	35.000	8,7500
Alcoa Alumínio S.A.	-	-	-	-	16.250	8,1250	35.230	8,8075
Alcoa World Alumina LLC	-	-	-	-	10.000	5,0000	20.000	5,0000
Norsk Hydro Brasil Ltda.	10.000	5,0000	20.000	5,0000	10.000	5,0000	20.000	5,0000
Alcoa World Alumina Brasil Ltda.	-	-	-	-	8.750	4,3750	18.970	4,7425
	200.000	100,0000	400.000	100,0000	200.000	100,0000	400.000	100,0000

(*) Milhões de ações

O acionista que detiver um mínimo de 5% das ações ordinárias tem direito a indicar um membro no Conselho de Administração, e cada ação ordinária dá direito a um voto nas decisões tomadas pela Assembleia Geral dos Acionistas.

No ano de 2022, os acionistas Alcoa Alumínio S.A., Alcoa World Alumina LLC e Alcoa World Alumina Brasil Ltda, transferiram 100% de suas ações Ordinárias (35.000.000.000) e 100% das ações Preferenciais (74.200.000.000) à acionista South32 Minerals S.A. Dessa forma, a South32 teve sua participação aumentada na MRN, passando de 15% para 33%. Os demais sócios que permanecem na Sociedade são, Vale (40%), Rio Tinto (12%), CBA (10%) e Hydro (5%).

b. Reserva de capital

A reserva de capital é composta pelo valor de R\$ 6.830 em 31 de dezembro de 2022 e 2021, referente a incentivos fiscais Fundo de Investimentos da Amazônia-FINAM. Vale ressaltar que esta reserva só poderá ser utilizada para aumento de capital.

c. Reserva de lucro

c.1 Reserva legal

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro de cada exercício, e não deve exceder 20% do capital social. A reserva legal tem por finalidade assegurar a integridade do capital social, e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital. A Sociedade vem constituindo a reserva legal seguindo as disposições constantes na Lei das Sociedades por Ações.

No exercício de 2022, não houve destinação de valores para composição da reserva legal, o capital social não sofreu alteração no ano corrente e o saldo desta reserva já atingiu o limite de 20% do capital social.

	2022	2021
Saldo no início do exercício	98.033	98.033
Movimentação	-	-
Saldo no final do exercício	98.033	98.033

c.2 Reserva de incentivos fiscais

Em 31 de dezembro de 2022, a Sociedade destinou o valor de R\$ 35.470 para conta de "Reserva de incentivo fiscal", considerando o lucro apurado no cálculo do IRPJ pela sistemática do lucro real.

	2022	2021
Saldo no início do exercício	269.467	269.467
Movimentação	35.470	-
Saldo no final do exercício	304.937	269.467

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto, quando indicado de outra forma)

c.3 Destinação do lucro (prejuízo)

A proposta de destinação do lucro líquido (prejuízo) dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 está demonstrada a seguir:

	31/12/2022	31/12/2021
Reserva de retenção de lucros		
Saldo do início do exercício	35.811	32.909
Devolução de dividendos	-	9.209
Reserva de retenção de lucro (prejuízo) (i)	61.216	(6.307)
Saldo do final do exercício	97.027	35.811

(i) A Sociedade no ano de 2022, apurou lucro e destinou excedente no valor de R\$ 61.216 para reserva de retenção de lucro, resultando um montante no dia 31 de dezembro de 2022 em R\$ 97.027 nessa conta.

d. Dividendos

O estatuto determina que o dividendo deve ser calculado com base no valor patrimonial das ações, que é apurado ao final de cada exercício, são considerados no cálculo os valores do capital social, reserva de capital, reservas de lucro, bem como o lucro líquido do exercício. Com base neste cálculo são considerados obrigatoriamente distribuídos dividendos de 6% ao ano, sendo o valor limite o lucro do exercício corrente após os ajustes legais. No exercício de 2022 foram propostos como dividendos mínimos obrigatórios o montante de R\$ 65.901 o qual é classificado no passivo circulante. O montante do resultado excedente ficará à disposição da assembleia geral para distribuir, mediante proposta do Conselho de administração. No exercício de 2022, não ocorreu pagamento de dividendos, devido a Sociedade ter apurado prejuízo em 2021.

18 Lucro (prejuízo) por ação

	2022			2021		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
Numerador básico						
Lucro líquido (prejuízo) alocado disponível para acionistas ordinários e preferenciais (em milhares)	54.196	108.391	162.587	(2.102)	(4.205)	(6.307)
Denominador básico						
Quantidade ações ordinárias e preferenciais (em bilhões)	200	400	-	200	400	-
Lucro líquido (prejuízo) do exercício (por milhões de ações)	270,98	270,98	-	(10,51)	(10,51)	-

O resultado do exercício é alocado proporcionalmente ao número direto de ações ordinárias e preferenciais, conforme rege o Estatuto da Sociedade.

19 Receita operacional líquida

	31/12/2022	31/12/2021		31/12/2022	31/12/2021
Receita bruta de vendas			Rio Tinto do Brasil Ltda.	78.834	95.289
			Rio Tinto Alcan Inc.	397.202	303.459
			Alcoa Alumínio S.A.	4.584	-
Receita bruta - partes relacionadas (Nota nº 20)	2.170.936	1.763.757	Alcoa World Alumina Ltda.	5.170	-
			Alcoa World Alumina LLC - A.W.A.	41.112	193.343
Deduções da receita bruta			Alunorte - Alumina do Norte do Brasil S.A.	690.718	574.213
			South32 Minerals S.A.	723.012	431.519
Impostos incidentes sobre a venda	(278.201)	(209.170)	Hydro Aluminium International S.A.	230.304	165.934
			Total da receita bruta com partes relacionadas	2.170.936	1.763.757
Receita operacional líquida	1.892.735	1.554.587	Mercado interno	1.502.318	1.101.021
			Mercado externo	668.618	662.736

20 Transações com partes relacionadas

a. Vendas de minério - Receita bruta

Conforme mencionado na Nota 2.15 as vendas com partes relacionadas representaram em 31 de dezembro de 2022 100% (100% em 31 de dezembro de 2021).

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto, quando indicado de outra forma)

b. Contas a receber

	31/12/2022	31/12/2021
Rio Tinto do Brasil Ltda.	8.061	11.908
Rio Tinto Alcan Inc.	31.733	16.677
Alcoa World Alumina LLC - A.W.A.	-	9.827
Alunorte - Alumina do Norte do Brasil S.A.	126.674	101.852
South32 Minerals S.A.	96.505	83.320
Hydro Aluminium International S.A.	30.202	43.875
Total de contas a receber de partes relacionadas	293.175	267.459
Mercado interno (Nota nº 5)	231.240	197.080
Mercado externo (Nota nº 5)	61.935	70.379

Esses saldos são resultantes de transações comerciais e vêm sendo liquidados regularmente nos prazos de vencimento em valor atual atualizado pela variação cambial.

c. Despesas administrativas

Receita bruta de vendas	31/12/2022	31/12/2021
Rio Tinto Alcan Inc.	-	(1.135)

Os valores pagos (líquidos) a partes relacionadas, referem-se ao compartilhamento de atividades de tesouraria no ano de 2021. Os valores são pagos dentro do mês de apuração das despesas. O referido contrato foi extinto em agosto de 2021 e os serviços de tesouraria foram internalizados pela MRN.

d. Remuneração da Administração

Em 2022, a Sociedade pagou aos seus administradores, em salários e remuneração variável, um total de R\$ 6.259 (R\$ 4.184 em 31 de dezembro de 2021). Esses diretores não obtiveram nem concederam empréstimos à Sociedade e não possuem benefícios indiretos significativos.

21 Custo dos produtos vendidos (por natureza)

	31/12/2022	31/12/2021
Combustível (i)	(406.739)	(295.150)
Serviços	(350.919)	(307.087)
Depreciações, amortizações e exaustão	(267.105)	(319.859)
Pessoal	(224.271)	(197.653)
Materiais	(130.783)	(105.777)
Taxa de Fiscalização dos Recursos Minerários (TFRM)	(25.407)	(23.568)
Taxa de Fiscalização dos Recursos Hídricos (TFRH)	-	(338)
Outras (despesas) e recuperação de custos	(7.737)	30.717
Total	(1.412.961)	(1.218.715)

(i) Comparado com o ano de 2021, o CPV do ano de 2022 foi impactado pelo aumento da rubrica de Combustíveis. A Sociedade tem como principal insumo nas operações os combustíveis Óleo Diesel e Óleo BPF, os quais sofreram reajustes de preços relevante no decorrer do ano. Este aumento está relacionado a uma alta na cotação do petróleo, principalmente durante o primeiro semestre de 2022 que chegou a atingir US\$110,00/barril. Diante disso a Petrobras promoveu um aumento significativo tanto no Óleo BPF quanto no Óleo Diesel. Mesmo com a isenção dos impostos PIS/COFINS e CIDE sobre o Óleo Diesel no segundo semestre de 2022 e queda da cotação do petróleo, os preços continuaram acumulando uma alta significativa.

22 Despesas gerais e administrativas (por natureza)

	31/12/2022	31/12/2021
Serviços	(38.689)	(29.710)
Pessoal	(33.918)	(27.084)
Depreciações e amortizações	(7.803)	(9.968)
Materiais	(401)	(301)
Outros	(1.017)	(727)
Total	(81.828)	(67.790)

23 Receitas (despesas) operacionais

23.1 Outras receitas operacionais

	31/12/2022	31/12/2021
Receitas na venda de materiais, sucatas e imobilizado	4.818	6.075
Recuperação de créditos tributários (iii)	5.025	103.157
Recuperação de outras despesas	11	35
Total	9.854	109.267

23.2 Outras despesas operacionais

	31/12/2022	31/12/2021
P&D (i)	(98.379)	(56.468)
PNM (ii)	(21.484)	(22.382)
Despesas com contrato	(11.251)	(3.701)
Tributos	(5.487)	(9.197)
Doações	(2.901)	(919)
Despesas na venda de materiais, sucatas e imobilizado	(2.836)	(4.727)
Seguros	(1.145)	(1.258)
Plano contingência COVID (iv)	(2.900)	(30.327)
Reversões/Provisões constituídas	2.991	(2.133)
Reestruturação	(1)	(6.327)
Perdas tributárias (iii)	-	(62.250)
Outras despesas	(6.522)	(3.423)
Total	(149.915)	(203.112)

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto, quando indicado de outra forma)

(i) Despesas com P&D

Estas despesas referem-se aos gastos com pesquisa e desenvolvimento em diversas áreas da Sociedade. Comparado com o ano anterior, destaca-se os primeiros de testes industriais de remoção mecanizada de rejeitos secos, visando principalmente a disposição em cavas mineradas e a utilização nos processos de descaracterização de antigos reservatórios, aumentando-se a vida útil do sistema existente e realizando-se uma operação mais sustentável ambientalmente.

(ii) Despesas com PNM – Programa Novas Minas

Estas despesas referem-se aos gastos relacionados com estudos preliminares para definição do modal mais eficiente para transportar o minério localizado nos platôs da zona oeste que ainda não estão em operação, com distância média de 40 km da atual planta de beneficiamento.

(iii) Recuperação de créditos tributários e despesas com perdas tributárias

Através da Ação Direta de Inconstitucionalidade - ADI 5374, foi declarada inconstitucional a Lei 8.091/2014 que instituiu a TFRH (Taxa de Controle, Acompanhamento e Fiscalização de Atividades de Exploração e Aproveitamento de Recursos Hídricos). A Sociedade possui ação específica sobre o tema, onde a partir de 2021 passou a não recolher aos cofres públicos os valores calculados com base na referida Lei.

A restituição dos valores recolhidos foi solicitada ao Estado do período de setembro/2015 à dezembro/2020 e totalizou R\$ 62.250 no ano de 2021. Foi realizado o pedido de restituição, e está sob análise da Secretaria Estadual do Meio Ambiente do estado do Pará. A Sociedade reconheceu o valor dentro da rubrica "Recuperação de Créditos Tributários", quadro (24.a).

Após análise da recuperabilidade do valor do ativo a Sociedade realizou a provisão para perda, no mesmo valor, dentro da rubrica Despesas com Perdas Tributárias, quadro (24.b).

Adicionalmente, no ano de 2021, o valor também compõe o total de Recuperação de Créditos Tributários no quadro (24.a), no valor de R\$ 40.730 referente a recuperação de créditos de PIS / COFINS, conforme decisão favorável do STF em relação ao processo de exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS/COFINS (Nota 8).

(iv) Plano de contingência COVID

Mesmo com o avanço da vacinação a MRN, preventivamente, continuou a investir em ações de enfrentamento a pandemia. No ano de 2022, cerca de R\$ 2.900 foram investidos em ações de enfrentamento a pandemia.

24 Resultado financeiro líquido

	31/12/2022	31/12/2021
Receitas financeiras		
Depósitos judiciais	7.787	2.572
Aplicações financeiras	1.828	354
Outros	6.625	18.591
Total	16.240	21.517

Despesas financeiras

Atualização monetária desmobilização de ativos (i)	(87.073)	(103.113)
Juros de empréstimos	(55.663)	(33.378)
Atualização monetária contingências	(18.269)	(2.090)
Outros (ii)	(10.875)	(5.932)
Total	(171.880)	(144.513)

Variações cambiais

Ativas	79.720	1.296
Passivas	(8.923)	(70.837)
Total	70.797	(69.541)

(i) Valores referentes à atualização monetária da provisão para desmobilização de ativos (detalhes na Nota nº 15).

(ii) Em 2022 foram efetuadas novas captações da operação 4.131, além de renegociações de dívidas. As operações demandaram pagamentos de comissões aos bancos, sendo R\$ 8.056 comparado a R\$ 1.317 no ano de 2021. O restante dos valores da rubrica "Outros" refere-se a despesas bancárias, despesas com juros, impostos sobre aplicações financeiras etc, as quais foram menores em 2022.

25 Instrumentos financeiros

Os valores justos estimados de ativos e passivos financeiros da Sociedade foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações.

Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

a. Classificação dos instrumentos financeiros

As transações financeiras existentes envolvem ativos e passivos usuais e pertinentes à sua atividade econômica, particularmente aplicações financeiras com vencimentos a curto prazo, empréstimos e financiamentos. Essas transações são apresentadas no balanço patrimonial, acrescidas das respectivas apropriações de receitas e despesas que, tendo em vista a natureza das transações e os seus períodos de vencimento, se aproximam dos valores justos, conforme detalhamento abaixo:

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto, quando indicado de outra forma)

Ativos financeiros	Mensuração	31/12/2022		31/12/2021	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Caixa e bancos	Custo amortizado	23.504	-	11.901	-
Aplicações financeiras	Valor justo - VJR Nível 1	-	3.084	-	15.259
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	293.175	-	267.459	-
Passivos financeiros					
Fornecedores	Custo amortizado	338.495	-	208.828	-
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	1.210.128	-	1.193.643	-

b. Gestão de risco financeiro

A Sociedade é exposta a diversos riscos financeiros durante sua atividade: risco de mercado (incluindo risco de moeda e de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez.

A gestão de risco da Sociedade concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro.

A gestão de risco financeiro é realizada pela tesouraria da Sociedade, sendo as políticas obrigatoriamente aprovadas pelo Conselho de Administração. A tesouraria identifica, avalia e contrata instrumentos financeiros com o intuito de proteger a Sociedade contra eventuais riscos financeiros, principalmente decorrentes de taxas de juros e câmbio.

b.1 Risco de mercado

A Sociedade está exposta a riscos de mercado decorrentes das atividades de seus negócios.

Esses riscos de mercado envolvem principalmente a possibilidade de flutuações na taxa de câmbio e mudanças nas taxas de juros.

(i) Risco cambial

Em virtude de contas a receber e das obrigações financeiras de diversas naturezas assumidas pela Sociedade em moedas estrangeiras, é conduzida uma política de proteção cambial, que estabelece níveis de exposição vinculados a esse risco. Consideram-se os valores em moeda estrangeira dos saldos a receber e a pagar de compromissos já assumidos e registrados nas demonstrações financeiras oriundos das operações da Sociedade, bem como fluxos de caixa futuros.

Exposição cambial

Apresentamos a seguir, a exposição cambial, em 31 de dezembro de 2022:

	R\$
Ativos expostos à variação cambial	293.175
(-) Passivos expostos à variação cambial	(1.210.128)
(=) Exposição cambial líquida	(916.953)

A exposição cambial é proveniente da oscilação das taxas de câmbio sobre os saldos de empréstimos e financiamentos e contas a receber de clientes, atrelados à moeda estrangeira.

Os passivos expostos são decorrentes de empréstimos e possuem curto e longo prazo de amortização, e seu pagamento estão garantidos pela geração de caixa da Sociedade nos próximos anos.

(ii) Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros da Sociedade decorre de aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo. A Administração da Sociedade tem como política manter os indexadores de suas exposições às taxas de juros ativas e passivas atrelados a taxas pós-fixadas. As aplicações financeiras e os empréstimos e financiamentos são corrigidos pelo CDI pós-fixado e pela LIBOR (London InterBank Offered Rate), conforme contratos firmados com as instituições financeiras.

(iii) Análise de sensibilidade

Considerando os instrumentos financeiros mencionados anteriormente, a Sociedade desenvolveu uma análise de sensibilidade com mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável de risco considerado.

Esses cenários poderão gerar impactos nos resultados e/ ou nos fluxos de caixa futuros da Sociedade, conforme descrito a seguir:

- **Cenário-base:** manutenção dos níveis de risco principal do instrumento financeiro observados em 31 de dezembro de 2022;
- **Cenário adverso:** deterioração de 25% no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível verificado em 31 de dezembro de 2022;
- **Cenário remoto:** deterioração de 50% no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível verificado em 31 de dezembro de 2022.

Premissas

A Sociedade entende que está exposta principalmente, aos riscos de variação da SOFR (*Secured Overnight Financing rate*), LME (*London Metal Exchange*) e da variação do câmbio (dólar), os quais impactam sobre parte substancial dos empréstimos, financiamentos e faturamento.

Nesse sentido, na tabela a seguir estão demonstradas as taxas utilizadas nos cálculos de análise de sensibilidade:

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto, quando indicado de outra forma)

Premissas	Cenário base	Cenário adverso	Cenário remoto
Elevação da SOFR	4,27%	5,34%	6,41%
Queda LME	2,562	1,922	1,281
Valorização do real diante do dólar	5,338	4,003	2,669

Demonstrativo de análise de sensibilidade

- **Juros sobre empréstimos sujeitos à variação da SOFR:** impacto anual dos juros sobre empréstimos sujeitos à variação da SOFR;
- **Exposição líquida ao LME:** impacto anual da variação da expectativa de receita da Administração com os respectivos cenários;
- **Exposição líquida ao dólar:** impacto anual da variação da expectativa da Administração com os respectivos cenários.

Na tabela a seguir está demonstrado os efeitos, líquido dos impostos:

Operação	Risco	Cenários		
		Base	Adverso	Remoto
Juros sobre empréstimos sujeitos à variação da SOFR	Alta da SOFR	39	(1.505)	(3.049)
Exposição líquida ao LME	Queda LME	(55.499)	(284.911)	(551.887)
Exposição líquida ao dólar	Queda do dólar	17.495	(177.370)	(372.234)

b.2 Risco de crédito

A Sociedade está sujeita a riscos de crédito relacionados aos instrumentos financeiros contratados na gestão de seus negócios. Consideram baixo o risco de não liquidação das operações que mantêm em instituições financeiras com as quais operam, que são consideradas pelo mercado como de primeira linha.

A Sociedade busca minimizar o risco de crédito de seus clientes com base em contratos de longo prazo com preços e prazos de pagamento preparados de comum acordo entre as partes. Atualmente, considerando as cláusulas contratuais, a Sociedade considera que o risco de crédito de seus clientes é baixo. O prazo médio de recebimento é de 30 dias.

b.3 Risco de liquidez

A gestão prudente do risco de liquidez implica manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes, disponibilidades de captação por meio de linhas de crédito compromissadas e capacidade de liquidar posições de mercado. Em virtude da natureza dinâmica dos negócios da Sociedade, a Administração gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julguem adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

Tabela do risco de liquidez

A tabela a seguir mostra o prazo de vencimento contratual restante dos passivos da Sociedade.

As tabelas foram elaboradas de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros, com base na data mais próxima em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações:

	2023	2024	2025	2026	2027	>2028	Total
Fornecedores	338.495	-	-	-	-	-	338.495
Empréstimos e financiamentos	261.238	472.660	350.976	265.230	60.287	719	1.411.110
Total	599.733	472.660	350.976	265.230	60.287	719	1.749.605

Os empréstimos tomados pela Sociedade são contratos de adiantamento de câmbio, que serão liquidados mediante o faturamento de estoques e produção para os acionistas.

c. Gestão de capital

Os objetivos da Sociedade ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Sociedade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A posição financeira líquida corresponde ao total do caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras, subtraído do montante de empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo.

Apresentamos a seguir tabela demonstrando a posição financeira líquida, em 31 de dezembro de 2022:

	R\$
Ativos financeiros – Caixa e equivalentes de caixa	26.588
(-) Passivos financeiros – Empréstimos e financiamentos	(1.210.128)
(=) Posição financeira líquida	<u>(1.183.540)</u>

A Sociedade mantém controle sobre o nível de endividamento e sua posição em 31 de dezembro de 2022 reflete a estratégia de financiamento adotada para o ano.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto, quando indicado de outra forma)

d. Valores de mercado

Em 31 de dezembro de 2022, os empréstimos e financiamentos são mantidos atualizados monetariamente com base em taxas de juros contratadas de acordo com as condições usuais de mercado e, portanto, os saldos a pagar nas datas dos balanços aproximam-se substancialmente dos valores de merca-

do, mesmo aqueles classificados como "não circulantes".

Estima-se que os saldos das contas a receber de clientes e das contas a pagar aos fornecedores, registrados pelos valores contábeis, estejam próximos de seus valores justos de mercado, dado o curto prazo das operações realizadas.

21 Cobertura de seguros

Riscos nomeados	Data vencimento	Cobertura
		VR: R\$ 5.308.747
Riscos operacionais (danos materiais e perda de produção)	30/12/2023	LMI: R\$ 348.000
Responsabilidade civil geral (morais e falhas profissionais)	30/11/2023	LMG: R\$ 100.000
Transporte nacional (perdas e danos)	30/11/2023	LMG: R\$ 10.000
Transporte internacional (perdas e danos)	30/11/2023	LMG: US\$ 10.000
Vida em grupo (morte por acidentes - 48 X o salário)	31/10/2023	Até R\$ 3.000 mais APC até 282
Vida em grupo (morte natural - 24 X o salário)	31/10/2023	Até R\$ 3.000
Responsabilidade civil diretores e administradores - D&O	20/06/2023	LMG: R\$ 200.000
Cascos marítimos (balsas)	28/09/2023	IS R\$ 3.330
Operações aeroportuárias	09/12/2023	US\$ 50.000
Responsabilidade do explorador ou transportador Aéreo-RETA	29/11/2023	LMG: R\$ 684
Risco de engenharia Const. SP25 (acréscimo 12 meses de manut.)	14/05/2023 e 14/05/2024	LMI: R\$ 447.943
Responsabilidade Civil obras Construção SP25	14/05/2023	LMI: R\$ 20.000
Seguro garantia	15/01/2023	IS R\$ 16.569
Seguro garantia	21/05/2023	IS R\$ 7.452
Seguro garantia	18/12/2023	IS R\$ 204.798
Seguro garantia	09/05/2024	IS R\$ 933
Seguro garantia	09/08/2024	IS R\$ 318
Seguro garantia	01/10/2024	IS R\$ 248
Seguro garantia	01/10/2024	IS R\$ 62
Seguro garantia	22/11/2024	IS R\$ 378
Seguro garantia	04/11/2025	IS R\$ 219
Seguro garantia	04/11/2025	IS R\$ 219
Seguro garantia	15/12/2025	IS R\$ 249
Seguro garantia	23/03/2027	IS R\$ 14.577
Seguro garantia	25/03/2027	IS R\$ 2.684
Seguro garantia	09/10/2027	IS R\$ 11.533
Seguro garantia	25/11/2027	IS R\$ 403
Seguro garantia	14/12/2027	IS R\$ 19.588
Seguro garantia	14/12/2027	IS R\$ 16.978
Seguro garantia	14/12/2027	IS R\$ 25.604
Seguro garantia	15/01/2028	IS R\$ 22.847

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto, quando indicado de outra forma)

- VR: Valor em risco;
- LMI: Limite máximo de indenização;
- LMG: Limite máximo de garantia;
- IS: importância segurada;
- APC: Acidentes pessoais coletivos.
- Complemento do intangível Alto de Trombetas II no valor de R\$ 2.174 (nota 10.b).
- Transferência do Ativo Imobilizado para Bens Disponíveis para Venda no valor líquido de R\$ 227 (nota 10.b; 10.c).
- Aumento na conta redutora de apropriação de PIS/COFINS, no Ativo Imobilizado, no valor de R\$ 30.986.

27 Fundo de previdência

O programa de previdência da MRN é composto dos seguintes fundos:

- Plano Gerador de Benefícios Livre (PGBL), destinado a todos os empregados da MRN;
- Vida Gerador de Benefícios Livre (VGBL), para todos os empregados que desejarem formar um fundo nesta modalidade.

O programa foi constituído sob a forma de contribuição definida e, portanto, não há riscos atuariais e/ou compromissos adicionais que possam ser atribuídos à patrocinadora.

Durante o exercício de 2022, a Sociedade registrou como despesas as contribuições no montante de R\$ 2.250 (R\$ 1.921 em 31 de dezembro de 2021).

28 Operações que não impactam nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Durante o exercício de 2022, a Sociedade realizou as seguintes atividades de financiamento e investimento não envolvendo caixa, portanto, estas não estão refletidas na demonstrações dos fluxos de caixa:

- Provisão para dividendos mínimos obrigatórios no valor de R\$ 65.901 (Nota 17.d).
- Revisão do plano de desmobilização de ativos (Notas 10 e 15) resultando na baixa de provisão de R\$ 217.978.

Conselho de Administração

Daryush de Albuquerque Khoshnevis
Presidente

Ana Cristina Gagliano O'Farrill
Conselheiro

Christian Medeiros da Fonseca Costa
Conselheiro

Ricardo Rodrigues de Carvalho
Conselheiro

Alexander David James Sutherland
Conselheiro

Diretoria executiva

Guido Roberto Campos Germani
Diretor Presidente

Fernando Trabuco
Diretor de Finanças e de Administração

Uelton da Costa Mendonça
Contador

CRC GO-020056/O
CPF 956.230.861-87

Protocolo: 925822

Flauta de Bambu

2ª Edição

HAROLDO MARANHÃO, um dos maiores nomes das letras brasileiras, volta a ser publicado em sua terra em um gênero de fácil leitura, mas de difícil execução: a crônica. As narrativas que compõem o livro foram escritas nas décadas de 1950 e 1960. As demais constituem material não incluído em "A Estranha Xícara", de 1968, estreia do autor no livro, e "Voo de Galinha", seu terceiro título.

DOCUMENTO
ASSINADO
DIGITALMENTE